

02 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ reduz sessões pela metade após falta d'água

Julgamentos do órgão especial deixarão de ser semanais para acontecer a cada 15 dias; objetivo é reduzir o consumo na crise

Falta de água faz TJ cortar metade das sessões

Após faltar água no prédio dos desembargadores, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu cortar pela metade o número de sessões do órgão especial, que julga casos envolvendo autoridades. De semanais, elas passam a quinzenais. A alegação é reduzir o consumo de água e energia.

Fabio Leite

Após faltar água no prédio onde ficam os gabinetes dos desembargadores, no centro da capital paulista, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) vai reduzir pela metade o número de sessões mensais de julgamento do órgão especial, no qual correm processos contra autoridades. Em vez de semanais, às quartas-feiras, as sessões serão agora a cada 15 dias. O objetivo, segundo o presidente José Renato Nalini, é diminuir o consumo de água e energia na sede do Judiciário durante a pior crise hídrica do Estado.

Em comunicado divulgado na sexta-feira, Nalini pede aos magistrados que adotem e intensifiquem os julgamentos feitos pela internet para que outros órgãos também reduzam as sessões presenciais com desembargadores e advogados no Palácio da Justiça. "No momento em que se enfrenta grave crise hídrica e posteriormente

energética, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo empreende intenso esforço para reduzir o consumo de água e energia elétrica", afirma.

Segundo Nalini, o TJ-SP já tem adotado medidas para diminuir o gasto de água, como instalação de redutores de vazão de torneiras, reparos de vazamentos, campanha sobre consumo consciente e implementação de programa interno de sustentabilidade. Dados sobre consumo nos prédios do Judiciário não foram divulgados. A reportagem não localizou Nalini ontem para comentar a iniciativa.

"Com essa medida, as sessões ficam mais concentradas e longas, o que só deve atrasar julgamento em uma semana porque os gabinetes continuarão trabalhando seus votos normalmente. O importante é reduzir a circulação de pessoas e o consumo. Cada sessão do órgão especial, além dos 25 desembargadores, reúne assessores, auxiliares, seguranças. É um aparato grande que agora ficará concentrado em dois dias", disse um desembargador do órgão, que pediu para não ser identificado.

Para Braz Martins Neto, presidente da Comissão de Relações com o Poder Judiciário Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), a medida deve afetar a celeridade de alguns julgamentos. "É uma medida válida e oportuna diante da situação de excepcionalidade. Mas, certamente, uma sessão a cada duas semanas faz com que a celeridade do processo seja afetada de alguma forma." Se-

gundo ele, a maioria dos julgamentos na Justiça paulista ainda ocorre em sessões públicas.

Sem café da tarde. A decisão do TJ-SP ocorre cerca de dez dias após o prédio onde ficam os gabinetes dos desembargadores, na Rua Conde de Sarzedas, no centro, sofrer ao menos duas vezes cortes no abastecimento pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). No dia 21 de janeiro, segundo e-mail da administração enviado a funcionários, o problema foi causado pela redução da pressão.

"Informo a todos que estamos com déficit na pressão da água que chega da rua, o que impede que a caixa encha suficientemente para proporcionar que a bomba leve água aos andares. A solução será o desligamento da bomba d'água todos os dias por volta das 18 horas, para que, com volume de água suficiente na caixa, possa ser ligada novamente na manhã seguinte. Isso ocasionará falta de água nos andares (começando pelos andares mais altos) por volta das 19 horas", diz o comunicado.

CONTINUA

02 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dois dias depois, na sexta-feira (23), uma nova mensagem informava que a água havia sido cortada pela Sabesp pela manhã e que o fornecimento interno só seria mantido até as 15 horas, pois não havia como conseguir um caminhão-pipa à tarde por causa da restrição de circulação desse veículo no centro da cidade. "Informo ainda que não haverá, no dia de hoje, fornecimento de café aos funcionários, a partir das 14 horas, e de lanche para os magistrados."

Em nota, a Sabesp informou que a região do TJ-SP "está sujeita, a exemplo de todas as outras da cidade, a manobras de redução de pressão". No centro, a medida ocorre das 13 horas às 6h30, segundo a empresa, que faz "uma reavaliação no período de redução" em alguns locais da capital para evitar desabastecimento.

O ESTADO DE S. PAULO

José E. Vieira
★ 1938 † 2015

02 FEV 2015

Morre, aos 76, ex-ministro de Itamar e FHC

O empresário, ex-senador e ex-ministro José Eduardo Vieira morreu ontem, aos 76 anos, em Londrina, no norte do Paraná. Dono do Grupo Folha de Comunicação (que edita o jornal *Folha de Londrina* e o portal *O Bonde*), Vieira foi internado dia 12 de janeiro em um hospital na cidade paranaense de Joaquim Távora para tratar uma pneumonia. Daí foi transferido para o Hospital Evangélico de Londrina, onde morreu, por volta das 6h50, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória.

Nascido em Tomazina, no Paraná, Vieira presidiu o Banco Bamerindus entre 1981 e 1997, quando a instituição foi vendida ao HSBC. Fundado por seu pai, Avelino Vieira, sob sua direção o banco foi levado do 8.º para o 3.º lugar no País em seu setor. Em 1992, ele se tornou sócio da *Folha de Londrina* e assumiu a superintendência do jornal em 1999.

Um dos primeiros senadores eleitos após a redemocratização, em 1985, Vieira ligou-se ao PTB paranaense em 1990 e quatro anos depois tornou-se presidente nacional do partido. Chamado por Itamar Franco para ministro da Indústria, Comércio e Turismo, ele acumulou essa função com a de ministro da Agricultura entre 1991 e 1993. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, voltou a ser ministro da Agricultura, função que exerceu até 1996.

Deixa sete filhos, que em nota o homenagearam por “uma vida dedicada ao trabalho, ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil”. Em outra nota, a Câmara de Londrina o elogiou por sua “forte atuação nos cenários político e econômico nacional”.

01 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

'Hotéis do crack' são depredados e vaga fica mais cara

Danos causados por dependentes da Cracolândia fazem Prefeitura estudar ajuste nos repasses do programa De Braços Abertos

Juliana Diógenes

A Prefeitura de São Paulo avalia reajustar o repasse fornecido aos proprietários dos sete hotéis credenciados no programa De Braços Abertos, como forma de reparar os danos causados pelos recorrentes roubos por parte dos beneficiários. O valor, que hoje é de R\$ 480 mensais por hóspede, deve chegar a cerca de R\$ 500. Com o reajuste, o objetivo é elevar o nível de exigência de limpeza, segurança e manutenção dos hotéis.

Internamente, autoridades das Secretarias de Saúde, Trabalho e Assistência Social e entidades parceiras chamam de "re-pactuação" a necessidade de aperfeiçoamento do repasse, por causa do furto de vasos sanitários, chuveiros, colchões e fiação elétrica nos estabelecimentos. Dependentes químicos beneficiados pelo programa e proprietários confirmaram os delitos no interior dos hotéis, relatando ainda o sumiço de pertences pessoais dos moradores, como relógios, celulares e roupas.

Após o primeiro ano de implementação do programa, a proprietária Laid dos Santos, do Hotel Laid, no Largo Coração de Jesus, tem dúvidas se fez bom negócio ao abrir mão da pensão de meninas para firmar o convênio. "Não sei se valeu a pena a troca. Mesmo fazendo esforço e tendo o pessoal da Prefeitura de retaguarda, os beneficiários são difíceis", disse. Segundo Laid, há casos de moradores que roubam lençóis para

vender por R\$ 0,50 a unidade em troca de pedras de crack.

"Temos vontade de ter bons resultados com o programa, mas acho que a Prefeitura precisaria pagar mais do que R\$ 480. É muito gasto por mês", afirmou Laid. A reportagem esteve no local e presenciou o consumo de crack no interior de um quarto úmido, que acumulava montanhas de lixo e um colchão rasgado no chão. O teto de outro quarto, onde dormem quatro pessoas, cedeu há poucos dias e o reparo ainda não começou a ser feito.

A beneficiária do programa e moradora do Hotel Laid, Brenda Bracho, trabalha na limpeza do estabelecimento e confirma o sumiço de lâmpadas. Segundo ela, dos 34 hóspedes, "a maioria não se dedica, fica na rua e só volta para dormir no hotel uma vez por semana". Para Brenda, porém, o mais grave é a falta de higiene dos beneficiários.

"Eles destroem portas, janelas e camas, tiram as lâmpadas, quebram vaso sanitário, roubam os chuveiros, rasgam ou vendem os colchões", queixou-se David Ferreira, proprietário do Hotel Lucas, na Alameda Dino Bueno.

As camas de madeira danificadas pelos moradores chegaram a ser substituídas pela Prefeitura por novas unidades feitas de ferro, que, no entanto, já voltaram a ser destruídas, afirmou o administrador. Apesar das críticas, Ferreira reconhece que em um ano de programa é visível a queda no número de assaltos e a melhora na conservação das ruas na região da Luz.

Descredenciado. O Estado apurou que pelo menos metade das dificuldades do programa De Braços Abertos hoje é com alguns donos dos hotéis credenciados, que estariam chantageando a Prefeitura.

Desde o ano passado, o programa opera com um estabelecimento a menos, o Hotel Cícero, que teve de ser interditado em outubro por falta de condições estruturais. "A portaria estava fora do controle e a caixa d'água precisava de conserto", explica Cristina Viscome, coordenadora de campo da Secretaria de Assistência Social.

Localizado na Rua Heivétia com Alameda Dino Bueno, o estabelecimento descredenciado é administrado por Manuel de Souza Costa, dono de outros dois hotéis do programa na região. De acordo com ele, o motivo para a desvinculação do Hotel Cícero tem origem no roubo de extintores, chuveiros, fiação elétrica e lâmpadas de emergência, o que tornou impraticável a permanência no programa.

Mesmo admitindo que estava ciente da possibilidade de roubo no estabelecimento ao assinar o convênio, Costa não se conforma com o valor desembolsado para reerguer a estrutura do hotel. Os gastos com a reforma, que deve ser concluída em 15 dias, totalizaram R\$ 80 mil, de acordo com ele.

CONTINUA

01 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Após a finalização das obras, Costa afirma que não negociará a reinclusão do hotel no programa. A ideia é alugar o espaço para projetos sociais ou para a Igreja. "A Prefeitura falou que vai ressarcir o valor da reforma na segunda-feira (*amanhã*)", afirmou ele, referindo-se aos R\$ 80 mil da reforma. A Prefeitura de São Paulo negou o custeio das obras e sustentou que a manutenção, segurança e limpeza dos hotéis são de responsabilidade dos proprietários.

'Relação não é a desejável'

● Uma das coordenadoras do programa De Braços Abertos e adjunta da Secretaria do Trabalho, Sandra Inês Fae reconhece que, informalmente, tem conhecimento sobre os roubos nos hotéis credenciados.

"Não existe boletim de ocorrência que registre roubos ou furtos. E isso também é de responsabilidade do proprietário do hotel", disse. Sandra admitiu ainda que a relação com os hotéis "não é a desejável" e que os estabelecimentos "não têm uma ótima e maravilhosa estrutura".

Segundo Sandra, na segunda etapa do programa terão início novas oficinas para os beneficiários, que poderão aprender sobre manutenção e conserto de bicicletas e terão a chance também de se capacitar em cursos de instalações elétricas. / J.D.

01 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Casal que comprou bebê por R\$ 5 mil é detido

Um casal de Feira de Santana (BA), cidade a 110 km de Salvador, Hailton Chagas, de 39 anos, e Nocília Rocha, de 40, foi detido anteontem, acusado de comprar, por R\$ 5 mil, um bebê de 8 dias, nascido em Fortaleza (CE). Segundo a polícia, o crime foi descoberto por meio de denúncia anônima. O casal foi flagrado com a criança e tentou argumentar que ela havia sido abandonada na porta de sua casa. Mas o casal acabou se contradizendo em depoimento e confessou ter pago pelo bebê. A mãe biológica ainda não foi localizada.

SÔNIA RACY

Salto baixo

Empresa de Santa Catarina, que obteve autorização para explorar serviços de radiodifusão, teve sua licença suspensa pelo STJ.

Motivo? Uma vez conquistada a concessão, passou a... vender sapatos.

31 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ barra obra do Metrô em cemitério

Em decisão liminar, Justiça acolhe pedido da associação dona do terreno no Morumbi, que também quer alterar traçado de monotrilho

*Fausto Macedo
Julia Affonso
Caio do Valle*

O Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu anteontem uma liminar à Comunidade Religiosa João XXIII em que barra obras da Linha 17-Ouro do Metrô, no Cemitério do Morumbi, na zona sul de São Paulo. A associação que administra o cemitério foi à Justiça contra desapropriação de jazigos e quer alterar o polêmico traçado do monotrilho que passa dentro do terreno.

“Examinados os argumentos e documentos acostados aos autos, identifica-se a possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação”, afirmou o relator do processo, desembargador Moacir Peres. Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) informou que ainda não havia sido notificada da decisão e que deverá avaliar entrar com recurso.

A associação quer também anular a desapropriação de uma área ocupada atualmente por 15 jazigos. O projeto do Metrô prevê, para a linha, 18 estações e o atendimento de 400 mil passageiros. “(A obra) infringe um monte de direitos, a dignidade das pessoas que estão enterradas, dos familiares, o direito ao silêncio”, explicou o advogado da associação, Rui Frágoso.

A empresa estatal alega que a área a ser desapropriada é parte “não edificável” do terreno. O objetivo do Metrô, que em novembro iniciou o processo desapropriatório, é obter 7,2 mil metros quadrados do local, inaugurado em 1971. De acordo com o projeto, uma faixa de 30 metros de largura do cemitério é “área necessária” para as obras.

Celebridades. Haverá intervenções em três quadras de jazigos. Pelo projeto do Metrô, uma parte da Quadra 1 de sepulcros passará por desapropriação. No cemitério, estão enterradas personalidades como Elis Regina e Ayrton Senna. “Tem gente sepultada lá desde 1975”, disse o gerente Francisco Cláudio Ra-

SÔNIA RACY

Fala que eu...

Alguns empreiteiros envolvidos na Lava Jato entendem que os interesses do governo coincidem com os do juiz **Sergio Moro**: concentrar as investigações em corruptores, sem atingir políticos. Moro, porque não quer perder a condução do processo para o STF. E o governo...

...te escuto

A ideia “perversa”, segundo um deles, é forçar a tese de cartel nas delações premiadas dos executivos presos.

Pergunta esse empresário: “Se houvesse cartel entre as empresas que prestam serviço à Petrobrás, precisariam comprar o cliente?”.

31 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz federal questiona inclusão de políticos como testemunhas

Sérgio Moro cobra defesa de Ricardo Pessoa, da UTC, sobre a necessidade de arrolados serem ouvidos no processo

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Operação Lava Jato no Paraná, determinou ontem à defesa do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia, que esclareça os motivos de ter arrolado como testemunhas de defesa oito políticos, entre eles um ministro do governo Dilma Rousseff, um ex-tesoureiro de campanhas presidenciais do PT, parlamentares da sigla e da oposição.

Pessoa arrolou 22 testemunhas, dentre elas o ministro Jaques Wagner (Defesa), o ex-ministro Paulo Bernardo (Comunicações), o deputado Arlindo Chinaglia (PT), candidato à presidência da Câmara, e José Di Filippi Júnior, ex-tesoureiro das campanhas de Lula e Dilma e atual secretário municipal de saúde de São Paulo. Foram arrolados também os deputados Paulinho da Força (SD), Jutahy Júnior (PSDB), Arnaldo Jardim (PPS) e Jorge Tadeu Mudalen (DEM).

Todos os oito políticos incluídos no rol de testemunhas receberam doações da UTC nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014.

“Há a possibilidade de que tais testemunhas tenham sido arroladas apenas com propósitos meramente abonatórios, o que não seria justificável pois testemunha é quem sabe fatos relevantes para o julgamento, ou seja, deve ter conhecimento sobre fatos que são objeto da imputação”, afirma o magistrado.

‘Tempo’. O juiz da Lava Jato destaca que “a oitiva de agentes públicos como ministros, deputados e secretários é sem-

pre demorada e difícil”. “Além disso, tais agentes públicos servem a comunidade e não se afigura correto despender o seu tempo, além do desse Juízo, ouvindo-os sem que haja real necessidade.”

Ricardo Pessoa é apontado pela força-tarefa da Lava Jato como o ‘presidente’ do clube vip das empreiteiras que teriam formado cartel para assumir o controle de contratos bilionários da Petrobrás. Ele está preso desde 14 de novembro de 2014, sob acusação formal de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Em seu despacho, o magistrado dá prazo de cinco dias para a defesa de Ricardo Pessoa esclarecer os motivos da convocação dos políticos. “Por todos esses motivos, deverá a defesa de Ricardo Pessoa esclarecer previamente a relevância e pertinência da oitiva dos referidos agentes públicos, inclusive se de fato têm ou não conhecimento sobre o objeto da imputação e o que poderiam esclarecer a respeito.”

Por meio de nota, a assessoria de Chinaglia afirmou que, o parlamentar já recebeu Ricardo Pessoa, devido a suas funções na Câmara, mas não via

“qualquer sentido em vir a testemunhar nesse processo”.

A reportagem entrou ontem em contato com a assessoria de Filippi Júnior e de Paulo Bernardo, mas não obteve retorno até a conclusão desta edição.

Já o ministro da Defesa, Jaques Wagner disse não ter constrangimento em ser listado como testemunha. “Na verdade, não fui consultado, mas é um direito dele fazer o convite. Se for convite ou convocação, não tenho nenhum problema de falar”, afirmou, após cerimônia em Brasília.

Estratégia. Não é a primeira vez que Moro questiona as testemunhas arroladas pelos executivos presos na operação. Na última segunda-feira, o magistrado rejeitou taxativamente duas das testemunhas arroladas pelos executivos da OAS.

A defesa dos executivos da empresa havia pedido que a Justiça ouvisse Peter Gordon Mackay, atual Ministro da Justiça do Canadá.

Mackay reside em Ottawa, na província de Ontário. O objetivo dos advogados que defendem os empreiteiros era questionar a validade de uma interceptação telemática feita em um aparelho BlackBerry, linha de smartphones e tablets criada por uma empresa canadense.

JULIA AFONSO, TÂNIA MONTEIRO, F.M. e M.C.

Doações da UTC para campanhas de 2010 e 2014

R\$ 2,4 mi

a Jaques Wagner (PT)

R\$ 150 mil

a José de Filippi (PT)

R\$ 950 mil

a Paulo Bernardo (PT)

R\$ 150 mil

a Arlindo Chinaglia (PT)

R\$ 500 mil

a Jutahy Magalhães (PSDB)

R\$ 150 mil

a Arnaldo Jardim (PPS)

R\$ 458 mil

a Jorge Tadeu Mudalen (DEM)

R\$ 19,3 mil

a Paulinho da Força (SD)

Lava Jato terá análise mais discreta no Supremo

Eventuais inquéritos e julgamentos do caso não terão transmissão pela TV como mensalão

Talita Fernandes
Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal inicia na segunda-feira o ano no Judiciário com o desafio de julgar os desdobramentos da Operação Lava Jato - deflagrada em março de 2014 para apurar esquema de corrupção na Petrobrás. O caso ameaça tirar do mensalão a alcinha de "maior escândalo de corrupção do País". Entre os citados por delatores estão Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL) favoritos à presidência da Câmara e do Senado, respectivamente, cuja definição acontece amanhã.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tem fevereiro como prazo máximo para oferecer denúncia dos acusados ou pedido de abertura de inquérito ao STF, contra os parlamentares e autoridades com foro privilegiado envolvidos no escândalo responsável pelo desvio de, pelo menos, R\$ 2,1 bilhões, segundo dados do Ministério Público Federal.

Embora as delações do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef já estivessem com procurador-geral desde o fim do ano passado, Janot aguarda o início da nova legislatura, já que a nova composição da Câmara e do Senado implica em

perda de foro de alguns casos e, de outros, de direito a foro especial no Supremo.

Formato. Apesar das semelhanças entre os casos da Operação Lava Jato e do mensalão, o julgamento pela Suprema Corte acontecerá de forma distinta do visto entre 2012 e 2013, quando foram condenados 25 réus por um esquema de pagamento à base aliada do governo em troca de apoio político. Agora, o julgamento será fatiado e não mais concentrado em uma única ação, o que é visto por ministros da Corte como fator que deve dar maior celeridade à conclusão do caso.

Além disso, a análise será feita pelas turmas do Supremo, e não pelo Plenário, e, portanto, não haverá transmissão ao vivo pela TV Justiça, como ocorreu no caso do mensalão. A única exceção se dá em eventual julgamento dos presidentes das casas legislativas, que cabe ao Plenário da Corte.

Outro fator que contribui para um julgamento mais discreto é o perfil do relator da Lava Jato no Supremo, o ministro Teori Zavascki. Indicado pela presidente Dilma Rousseff em 2012, ele é conhecido por seu perfil sério e técnico desde os tempos de atuação no Superior Tribunal de Justiça. Dentro dos corredores do Supremo,

apenas quatro pessoas têm acesso aos autos da Lava Jato, incluindo o próprio relator. Com isso, as decisões de Teori têm se mantido em absoluto sigilo enquanto permanecem exclusivamente no tribunal.

A discrição se difere do tratamento dado pelo relator do mensalão no Supremo, o ex-ministro Joaquim Barbosa, que teve sua atuação marcada por declarações e decisões polêmicas e calorosas discussões com os colegas da Corte durante o julgamento no Plenário.

CONTINUA

31 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Delação. O uso da delação premiada como elemento condutor de investigações após decisão de Costa e de Youssef de contribuir com o Ministério Público Federal em troca de abrandamento da pena traz complexidade ao caso.

Ao falarem tudo o que sabem, os delatores buscaram evitar que se repita o que aconteceu com o empresário Marcos Valério, um dos principais operadores do mensalão, que foi condenado a 40 anos, quatro meses e seis dias de prisão, enquanto o núcleo político teve penas inferiores a 10 anos e hoje, praticamente, cumpre pena em regime aberto.

O acordo de colaboração foi aprimorado em 2013, com a Lei de Organização Criminosa. O uso do instrumento em caso de grande repercussão, como a Lava Jato, fará, portanto, o Supremo tomar decisões paradigmáticas, segundo avaliação de advogados que atuam no caso.

O uso da delação traz dúvidas à defesa dos acusados sobre o acesso, por exemplo, aos termos dos depoimentos para realizar a defesa dos clientes. Há juristas que questionam o uso dos acordos de delação.

Exemplo disso é o advogado de personalidades, Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, que desistiu de defender Alberto Youssef quando o doceiro decidiu firmar acordo de colaboração com o Ministério Público Federal.

Embargos sob análise

Tema de discussão durante o processo do mensalão, o uso dos embargos infringentes preocupa criminalistas porque as ações penais serão analisadas por cinco ministros das turmas e não mais pelos 11 ministros do plenário do Supremo.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» FINANÇAS ESTADUAIS

Dívida de curto prazo do Paraná cresce 9% e chega a R\$ 1,2 bilhão

Número é mais um indicativo dos problemas de caixa que o Executivo estadual vem enfrentando

Rogério Waldrigues Galindo
e Chico Marés

Relatório publicado ontem pelo governo do Paraná em Diário Oficial mostra que a dívida de curto prazo do estado aumentou ao longo de 2014. No final de 2013, o débito estava em R\$ 1,1 bilhão. Ao fim de dezembro de 2014, o montante chegou a R\$ 1,2 bilhão — um aumento de 9% ao longo de doze meses. O número é mais um indicativo dos problemas de caixa que o Executivo enfrenta no início da nova gestão de Beto Richa (PSDB).

A dívida de curto prazo do governo chamou a atenção pela primeira vez em janeiro de 2013, quando a então secretária de estado da Fazenda Jozélia Nogueira veio a público informar que o estado devia cerca de R\$ 1,1 bilhão a fornecedores. Durante o ano, o Executivo disse que vinha abatendo aos poucos o valor e pagando as empresas.

O número aparece no relatório de dívida fiscal do estado. O valor final ainda pode mudar se houver novas alterações contábeis no relatório. O governo precisa enviar o relatório definitivo ao Tribunal de Contas do Estado até o fim de março.

Ontem, por meio da assessoria, a Secretaria da Fazenda informou que ainda deverá haver mudanças em relação aos dados do relatório publicado ontem.

A dívida de curto prazo representa, em geral, pagamentos devidos a fornecedores que fizeram negócios com a administração pública, e que têm pagamentos a receber à vista ou em parcelas. É diferente da dívida consolidada, que acontece, por exemplo, quando o governo negocia empréstimos com bancos ou instituições financeiras internacionais. No caso da dívida consolidada, o valor oscilou pouco durante 2014, de R\$ 20 bilhões para R\$ 19,9 bilhões.

Explicações da crise

Nesta semana, ao explicar por que o governo estava adiando o pagamento do terço de férias do funcionalismo e a rescisão dos professores temporários demitidos na virada do ano, o secretário chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), afirmou que o Paraná

vem enfrentando problemas financeiros em função de dois problemas. O primeiro é a baixa atividade econômica do país, que diminui a geração de impostos.

O segundo problema, segundo Sciarra, é a impossibilidade de o Paraná cobrar antes de abril o IPVA, uma das principais fontes de receita. Tradicionalmente o imposto é cobrado em janeiro. No entanto, neste ano, como o governo aumentou a alíquota de 2,5% para 3,5% sobre o valor venal do veículo, é preciso esperar 90 dias antes de fazer a cobrança. “A partir de abril as coisas devem melhorar”, afirmou Sciarra.

Até lá, o governo admite que precisará conter despesas. Além da inadimplência com os servidores públicos, o governo também determinou nesta semana o adiamento do pagamento dos salários do governador, da vice-governadora e de todos os secretários de Estado.

CONTINUA

O governo cumpriu em 2014 suas obrigações com saúde e educação, mas gastou acima do limite prudencial com funcionalismo. Veja os números:

*Em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL)

Categoria	Situação em 2014	Limite prudencial	Limite
Gastos com funcionalismo	47,02%	46,55%	Máximo de 49%
Dívida consolidada	58,11%	Não se aplica	Máximo de 200%
Gastos com saúde	12,29%	Não se aplica	Mínimo de 12%
Gastos com educação	34,32%	Não se aplica	Mínimo de 30%

Despesas com a folha de salários estão acima do limite prudencial

▮ Mesmo sem pagar o terço de férias aos servidores, o governo do estado continua gastando próximo do limite máximo autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo balanço preliminar divulgado ontem, o estado comprometeu 47,02% de sua receita corrente líquida (RCL) com a folha de pagamento. O número está acima do limite prudencial, de 46,5%, mas abaixo do limite máximo, de 49%. Essa situação vem sendo um problema constante desde 2011, quando o governador Beto Richa (PSDB) tomou posse. Em 12 quadrimestres, o governo ultrapassou o limite prudencial em oito. A LRF estabelece que, se os gastos estão acima do limite prudencial, o governo não pode, por exemplo, conceder aumentos e criar novos cargos.

Apesar de ainda estar acima do limite, o impacto da folha caiu desde agosto. Na prestação de contas do segundo quadrimestre de 2014, os gastos com o funcionalismo estavam em 48,1% da RCL. Em 2013, esse índice chegou a 48,77%. Os dados quadrimestrais se referem ao mês de referência (abril, agosto ou dezembro) e aos onze meses anteriores. (CM)

Após 3 anos, governo volta a cumprir mínimo em saúde

▮ Após passar três anos abaixo do limite mínimo de gastos com saúde, o governo do Paraná cumpriu em 2014 o que a Constituição determina. Segundo balanço preliminar divulgado ontem, o estado aplicou 12,29% de sua receita corrente líquida (RCL) no setor – acima do mínimo constitucional de 12%. Desde 2004, o mínimo com saúde só havia sido cumprido em quatro ocasiões – 2006 e entre 2008 e 2010. Em 2013, a legislação ficou mais rígida, após a promulgação da Lei Complementar 141. Naquele ano, o estado gastou abaixo do limite (11,22%) e se comprometeu a compensar o déficit em 2014 – uma aplicação extra de R\$ 165,5 milhões. Segundo o balanço, ainda faltaria cerca de R\$ 65 milhões para fechar a conta. De acordo com a Secretaria da Saúde, esses números são preliminares e não incluem parte do que foi realmente gasto. A assessoria da secretaria informou que o governo aplicou R\$ 165,7 milhões “extras” – cerca de R\$ 200 mil a mais do que seria necessário para cobrir a diferença.

Educação

Na área da educação, a aplicação foi de 34,32% – o mínimo legal é de 25%. (CM)

CONTINUA

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governo prepara novo capítulo do "pacote de maldades"

Carlos Eduardo Vicelli

O governador Beto Richa (PSDB) envia, no começo da próxima semana, mensagens para a Assembleia Legislativa que ampliam o que ficou conhecido como "pacote de maldades". As medidas, embora ainda não detalhadas, tratam do corte de custeio da máquina pública.

Chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD) afirmou logo após a primeira reunião do novo secretariado, há dez dias, que seria necessário "ajustes nas folhas de pagamento". Pelo o que a **Gazeta do Povo** apurou, o pacote inclui cortes de gratificações pagas a servidores e a redução na contratação de comissionados — todos os secretários receberam a ordem para não ampliar as equipes de trabalho.

Impostos

A primeira versão do "pacote de maldades", anunciado no ano passado, idealizado pelo secretário da Fazenda, Mauro Ricardo da Costa, visa a aumentar a arrecadação em R\$ 1,5 bilhão. Inclui o chamado "tarifaço", com o aumento da alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que passou de 2,5% para 3,5% do valor venal do veículo. Na prática, isso significa

que o contribuinte terá de pagar cerca de 40% a mais em relação ao valor desembolsado no ano passado.

O governo também mexeu no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre itens de consumo popular. Além disso, taxou em 11% aposentados e pensionistas do estado que recebem acima do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 4.390,24.

R\$ 1,5 BILHÃO

é o aumento de arrecadação que é esperado pelo governo do estado com a primeira versão do "pacote de maldades" enviado à Assembleia Legislativa do Paraná. O pacote inclui o chamado "tarifaço", com aumento de impostos como o IPVA e o ICMS.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Governo exonera suspeito de exploração sexual de menores

Chico Marés e Marcelo Frazão,
do Jornal de Londrina

O fotógrafo Marcelo Caramori, preso na quinta-feira por suposto envolvimento em uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Londrina, foi exonerado pelo governo do Paraná. A informação consta do Diário Oficial de ontem. Caramori era assessor especial da Casa Civil e tinha salário de cerca de R\$ 6 mil. Segundo a RPC TV, o governador Beto Richa (PSDB) negou por meio de nota proximidade com o fotógrafo.

Caramori se dizia próximo ao governador. No braço, ele tem uma tatuagem com um código de barras e os dizeres “100% Beto Richa” — a qual teria mostrado aos policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no momento em que foi preso. No Facebook e no Instagram, ele publicou fotos junto com Richa e outros membros do primeiro escalão da administração estadual. Há um álbum em seu perfil chamado “meu grande chefe”, com uma montagem de fotos nas quais os dois aparecem juntos.

Richa negou ser próximo de Caramori. Em resposta à RPC TV, através de nota, o governador disse que apenas “se deixava fotografar” com ele. Segundo o governo, a exoneração do fotógrafo foi feita na quinta-feira, logo após a prisão.

Caramori também era muito próximo de policiais civis e militares de Londrina. Em uma das dezenas de fotografias publicadas na inter-

net, ele traça um uniforme e um colete à prova de balas da PM, mesmo sem nunca ter sido das forças de segurança pública.

Segundo as investigações do Gaeco, Caramori teria mantido relações sexuais e agenciado encontros de clientes com meninas entre 14 e 18 anos. O pedido de prisão preventiva, autorizado pela Justiça da 6.ª Vara Criminal, foi embasado em quatro depoimentos de garotas que confirmaram terem sido contratadas pelo fotógrafo — e recebido entre R\$ 300 e R\$ 350 pelos programas.

As vítimas indicaram como local a casa do fotógrafo, onde a polícia apreendeu equipamentos de informática — e também um estúdio fotográfico. Até o momento, os encontros mapeados pelo Gaeco parecem ter ocorrido entre o meio do ano passado e o começo de 2015.

“O suspeito sempre deixava claro para as vítimas que tinha muitos contatos e era popular, além de exibir proximidade com a polícia. As vítimas deixaram claro que, apesar da imagem pú-

blica, ele se valia mesmo era da oferta de dinheiro para as garotas”, disse a promotora Caroline Esteves, uma das responsáveis pela investigação.

CONTINUA



Caramori com Beto Richa: governador nega proximidade.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Defesa diz que fotógrafo é vítima de vingança do MP

Marcelo Caramori ainda não foi ouvido, o que só deve ocorrer ao final do inquérito. O advogado do fotógrafo, Leonardo Vianna disse que vai provar que seu cliente é vítima de vingança do Ministério Público. "Ele [Marcelo Caramori] nunca teve negócios com prostituição, nunca manteve atividade econômica ligada a exploração sexual e nunca explorou garotas menores ou maiores de idade", afirmou. Para Vianna, o Gaeco "inverteu as regras do Direito Penal". "A regra é investigar e prender e não prender para investigar. Foi uma prisão precipitada e sem justificativa", disse o advogado.

Após visitar Caramori, Vianna afirmou que o cliente estava tranquilo e sentindo-se confiante. "Ele está bem tranquilo e seguro de que nunca cometeu nenhum crime. Vamos provar que as acusações absurdas da promotoria são invenções absurdas. O caso repercutiu porque envolve três temas que chamam a atenção: sexo, dinheiro e política", afirmou o advogado. (MF)

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

TRE-PR combate 'campanha-fantasma'

Amanda Audi

Na campanha eleitoral de 2014, um deputado estadual eleito promoveu um jantar em um restaurante de Santa Felicidade, em Curitiba. O comitê estava bancando a conta, o que é ilegal. Em dado momento, o político notou que havia um funcionário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no recinto. E teve que se virar para ordenar que os convidados pagassem as refeições.

O caso é um dos resultados práticos de uma iniciativa adotada pelo tribunal em 2014, e inédita no país. É simples: consiste em um servidor do TRE circular pela cidade fotografando atos de campanha.

Na hora da análise da prestação de contas, os funcioná-

rios comparam as imagens com o que foi informado pelo candidato. Em muitos casos, o ato registrado nem era mencionado. Constam como exemplos santinhos, cavaletes, eventos e até guardas-sóis com o nome do político.

Com a "campanha-fantasma", composta por vários itens não contabilizados, os candidatos podem levar vantagem em relação aos demais. E obter benefícios em prática análoga ao caixa dois.

Segundo o TRE, a atuação nas ruas resultou em aumento considerável de retificações nas prestações de contas. Em 2010, apenas 15% das 800 prestações tiveram que ser corrigidas por inconsistências. Em 2014, foram 40% de alterações — considerando que ape-

nas 700 de 1,2 mil prestações foram analisadas até agora.

As fotos foram afixadas em um grande painel no galpão onde os candidatos entregavam as parciais das contas. Era um método de "constranger" condutas parecidas.

Segundo o TRE, as maiores campanhas do estado tiveram que retificar dados. Inclusive as dos candidatos ao governo Beto Richa (PSDB), Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT), e de vários deputados eleitos.

Na prática, a correção dos dados não implica multas ou sanções ao candidato. Mas torna a prestação de contas mais próxima da realidade.

O presidente eleito do TRE, Jucimar Novochadlo, que tomará posse na segunda-feira, diz que o objetivo era tirar a Justiça Eleitoral do "mundo de faz de contas". Isso porque, sem fiscalização na rua, fica difícil saber se as prestações apresentadas pelos candidatos são verdadeiras ou não.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Juiz quer saber por que empreiteiro incluiu políticos como testemunhas

Executivo pediu que sejam ouvidos na ação da Lava Jato o ministro da Defesa e outras pessoas ligadas ao PT

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, deu prazo de cinco dias para a defesa do executivo Ricardo Pessoa, da UTC, esclarecer os motivos de ter incluído como suas testemunhas de defesa diversos agentes políticos, incluindo um ministro do governo federal.

Foram apresentados como suas testemunhas o ministro da Defesa Jaques Wagner (PT), o tesoureiro da campanha de Lula em 2006, José de Filippi Júnior, o deputado e candidato à presidência da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP), o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo e os deputados federais Paulinho da Força (SD-SP), Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), Jutahy Júnior (PSDB-BA) e o ex-deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

O advogado Alberto Toron

havia afirmado à reportagem não existir “razão política” para arrolarem essas testemunhas. “São pessoas que conhecem o trabalho do Ricardo”, declarou.

Moro, porém, pediu mais detalhes para decidir se aceita ou não as testemunhas. O juiz argumentou em seu despacho que a oitiva de agentes públicos “é sempre demorada e difícil”.

“Deve-se ademais prevenir a eventual utilização do processo judicial como forma de gerar constrangimento desnecessário a agentes públicos, o que é sempre uma possibilidade, especialmente em casos rumorosos”, escreveu Moro.

Sob essa argumentação, o juiz deu um prazo de cinco dias para a defesa de Pessoa “esclarecer previamente a relevância e pertinência da oitiva dos referidos agentes públicos, inclusive se de fato têm ou não conhecimento sobre o objeto da imputação e o que poderiam esclarecer a respeito”.

O presidente da UTC, Ricardo Ribeiro Pessoa — preso na sétima fase da Lava Jato —, foi apontado por um dos delatores como coordenador de um “clube de propina” forma-

LOBBY

Anotações apreendidas pela Polícia Federal na casa do presidente da construtora OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, preso pela Polícia Federal, listam advogados e dirigentes de órgãos de controle com influência em processos relacionados à Operação Lava Jato. Para a PF, a empreiteira traçava um plano para fazer lobby com essas autoridades, numa estratégia para anular investigações sobre o esquema de cartel e corrupção na Petrobras.

do por empreiteiras. O executivo continua detido na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, desde novembro do ano passado.

Jaques Wagner, afirmou que está disposto a prestar depoimento. O ex-ministro Paulo Bernardo (PT-PR), os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), Paulinho da Força (SD-SP) e Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) e o secretário de Saúde da capital paulista, José de Filippi Júnior (PT-SP), não retornaram as ligações telefônicas da reportagem.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Banco suíço bloqueia dinheiro de executivos investigados

▮ O Credit Suisse, banco suíço de investimento, informou ao juiz federal Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Operação Lava Jato, que bloqueou as contas dos executivos Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix, e João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração da empreiteira Camargo Corrêa. Os dois são acusados de fazerem parte do cartel de empreiteiras alvo da Lava Jato, que investiga corrupção na Petrobras. Esse é mais um bloqueio comunicado por instituição financeira à Justiça Federal. Até a última quinta-feira, a malha-fina do Banco Central já havia localizado e bloqueado R\$ 200 milhões.

Segundo o Credit Suisse, Almada tem duas contas de investimento, uma com R\$ 1 milhão e outra sem saldo. Auler possui duas contas sem saldo e outras com R\$ 6,3 mil e R\$352,42.

31 JAN 2015

GAZETA DO POVO

»INDONÉSIA

Paranaense condenado deve ser executado em fevereiro

O nome de Rodrigo Gularte aparece em uma lista com outras dez pessoas que estão no corredor da morte. A data exata ainda não foi divulgada

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

Após ter seus pedidos de clemência negado, o nome do paranaense Rodrigo Gularte apareceu em uma lista de prisioneiros que serão executados divulgada pelo governo indonésio, na última quarta-feira. De acordo com o jornal *The Jakarta Post*, as autoridades já começaram a preparar a prisão na ilha de Nusakambangan, em Cilacap, onde deve ocorrer a execução, em fevereiro. A data exata, no entanto, ainda não foi divulgada.

“Nós estamos muito prontos. Agora é apenas uma ques-

tão de pressionar o botão”, disse o Ulung Sampurna Jaya, chefe da polícia de Cilacap ao *Jakarta Post*.

A informação de que o governo indonésio pretende executar mais 11 prisioneiros foi passada pela Procuradoria Geral do país ao parlamento durante uma reunião que aconteceu na quarta-feira. Não encontro não foram passados outros detalhes, apenas que ainda está sendo decidida a data e o local exato onde ocorrerá a execução. Além do brasileiro, a lista inclui cidadãos da Austrália, França, Filipinas, Gana e Espanha.

A família de Rodrigo Gularte, preso em 2004 tentando entrar no país com seis quilos de cocaína dentro de pranchas de surfe, tenta impedir a execução do brasileiro. Em entrevista ao *Fantástico* da TV Globo, Angelita Gularte, prima dele, disse por e-mail que o brasileiro está enlouquecendo na prisão, onde recebe a visita constante de médicos e religiosos. Ela tenta um laudo de autoridades da Indonésia constatando que o primo so-

fre de esquizofrenia, que o livraria do fuzilamento

O governo brasileiro tem pouca esperança de reverter a condenação de Gularte. Oficialmente, o governo Dilma Rousseff continuará tentando evitar a morte dele. Nos bastidores, no entanto, as autoridades já perderam a fé nessa possibilidade, já que o último pedido de clemência de Rodrigo foi negado.

No início do mês o governo indonésio executou o brasileiro Marco Archer, condenado em 2004 por tentar entrar na Indonésia com 13,4 quilos de cocaína escondidos em uma asa-delta. Na ocasião, ele confessou ter recebido US\$ 10 mil dólares para levar a droga do Peru, com conexão em São Paulo. Ele foi o primeiro brasileiro executado no exterior. Logo após a execução, o Ministério das Relações Exteriores entregou ao embaixador da Indonésia no Brasil, Toto Riyanto, uma nota de repúdio pela execução e por terem sido ignorados os pedidos de clemência e os apelos feitos pelo governo brasileiro.

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Precatórios atrasados

Faz quatro meses que o governo do estado não cumpre a obrigação constitucional de depositar 2% de sua receita líquida para pagar precatórios. O último depósito feito na conta administrada pela Central de Precatórios do Tribunal de Justiça refere-se ao mês de setembro de 2014, conforme planilha disponibilizada no site do TJ. Portanto, não são apenas oficinas mecânicas ou outros pequenos fornecedores que não conseguem receber seus direitos.

A dívida acumulada com precatórios neste período, estimada até a última sexta-feira, dia 30, já deve ter ultrapassado a casa dos R\$ 180 milhões, fato que coloca o estado na condição de inadimplente e sujeito aos rigores da lei: estaria proibido de receber repasses federais, contrair empréstimos ou firmar convênios, conforme reza artigo 97 das Disposições Constitucionais Transitórias.

No dia 3 de dezembro, por meio de ofício, a OAB-PR denunciou a inadimplência do governo ao presidente do TJ. No dia 8, após ser notificado, o Executivo depositou os valores referentes apenas ao mês de setembro. Mas, para surpresa dos que imaginavam que o estado caminhava para a regularização, de 10 a 23 de dezembro o governo fez seis “saques” da conta dos precatórios, totalizando R\$ 152 milhões. Certamente precisava deste dinheiro para ajudar a pagar a dupla folha do funcionalismo — salários do mês mais o 13.º.

Apesar da dívida com precatórios, o governo se mantém com a “ficha limpa” junto aos órgãos federais de controle pois o Tribunal de Justiça não fez a necessária comunicação da inadimplência. Também não tomou outra providência que compõe suas prerrogativas — a de determinar o confisco dos valores existentes nas contas bancárias do governo.

Enquanto isso, os credores detentores de títulos precatórios — dívida reconhecida por decisão judicial — continuam a ver navios, isto é, não recebem o que o estado lhes deve. Lembrando: na lista de precatórios a serem pagos pela ordem cronológica, os últimos pagamentos se referem a débitos vencidos em 1999 — isto é, há 15 anos.

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

OPINIONÁRIO

Exemplo? 1

Na última terça-feira, esta coluna informou que a polícia do Rio de Janeiro bateu o recorde de mortes de civis em sua guerra contra o crime. Dados oficiais da secretaria da Segurança fluminense contabilizaram 582 vítimas de confrontos com as forças policiais em 2014. Deixou de ser citado outro dado preocupante do mesmo relatório: 114 policiais também foram mortos – o que coloca o Rio como campeão brasileiro neste quesito.

Exemplo? 2

Apesar da violência de lado a lado, a taxa de homicídios no Rio cresceu quatro pontos percentuais em 2014 em relação a 2013 – o que põe em xeque a política liderada pelo secretário de Segurança de lá, José Mariano Beltrame, tida como exemplo a ser seguida no Paraná.

Exemplo? 3

Um boletim eletrônico da Associação dos Policiais

Militares Ativos e Inativos do Paraná (Amai), difundido no fim de semana, também mostra a preocupação da PM com os novos rumos. Diz o boletim: "Antes de querer seguir o modelo do Rio de Janeiro, que muito pouco tem para ser exemplo, a secretaria de Segurança do Paraná deveria se preocupar com os inúmeros problemas a serem resolvidos, principalmente aqueles que afetam diretamente nossos policiais militares".

Exemplo? 4

A Amai lista algumas promessas não cumpridas pelo governo:

- não equalizou os subsídios entre as polícias Militar e Civil;
- ignorou a lei que determina que os policiais tenham ao menos duas opções de armas, uma delas não letal;
- não comprou nenhuma viatura blindada ou semiblindada;

• não providenciou coletes balísticos com maior proteção, nem capacetes e escudos com proteção balística;

• não adotou comunicação criptografada que impeça os marginais de ouvir a frequência da polícia;

• não retirou os PMs dos muros das penitenciárias, atividade que resulta no maior número de ameaças e talvez de onde vêm as ordens de assassinatos a esses profissionais;

• mantém atrasados os pagamentos de diárias e terço de férias.

Exemplo? 5

O boletim da Amai conclui: É fácil defender os PMs nas redes sociais, mas de nada adianta se essa defesa não for efetiva nos direitos mais basilares do ser humano! Ou será que o secretário Francischini é daqueles que pensam que os policiais militares não têm Direitos Humanos?

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

BESSA



O advogado e professor René Dotti com a desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes na sessão solene realizada quinta-feira, no Palácio da Justiça, na qual ele foi um dos homenageados com a Comenda do Mérito Judiciário do Estado do Paraná, ao lado de outras personalidades do mundo jurídico.

Justiça em dobro

Amanhã, duas solenidades vão mobilizar o mundo jurídico da capital para a posse das novas cúpulas diretivas do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal Regional Eleitoral. A primeira está marcada para às 10 horas, na Sala de Sessões do TRE, com a posse dos desembargadores Jucimar Novochadlo, como presidente, e Luiz Fernando Tomasi Keppen, como vice-presidente e corregedor. A posse do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos como presidente do TJ será às 17 horas, na Sala Desembargador Clotário Portugal.



A nova cúpula diretiva do TRE-PR será a responsável pelo planejamento das eleições municipais de 2016 e pela expansão da biometria no estado.

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Guaratuba: 20 anos de uma tragédia

Em 28 de janeiro de 1995, o Edifício Atlântico ruiu e matou 29 pessoas. Duas décadas depois, parte das vítimas ainda não foi indenizada

Felippe Anibal

¶ Era pouco mais de 10 horas da manhã quando os doze operários que trabalhavam para reparar rachaduras profundas, que ameaçavam as colunas de sustentação do Edifício Atlântico, em Guaratuba, ouviram um estrondo. Só tiveram tempo de correr. Segundos depois, o prédio veio abaixo. A poeira que violou aquele sábado de verão — que completou exatos 20 anos na última quarta-feira — deu o tom de uma das maiores tragédias do Litoral do Paraná. O desabamento matou 29 pessoas e feriu outras quatro. Duas décadas depois, muitas famílias ainda esperam por justiça.

Uma das sobreviventes, Polliana Pundek, hoje com 40 anos, sente que parte de sua vida desabou junto com o prédio. Ela perdeu o pai, a mãe e o irmão. Resgatada dos escombros após ficar mais de oito horas soterrada, Polliana passou um semestre internada no Hospital Cajuru, em Curitiba. Teve que se reconstruir. Ainda hoje caminha com dificuldade, faz fisioterapia e toma medicamentos diariamente. Nunca recebeu um centavo de indenização.

“Nunca fui procurada pela Justiça, Ministério Público ou

pelo Ney Torres [engenheiro e construtor responsável pelo prédio]. Me sinto indignada e injustiçada. As pessoas perguntam o que se deu dos responsáveis. Não deu nada.”

Além dela, brigam na Justiça para obter reparação a família Trauczynski (que perdeu um casal e seus dois filhos) e a família Toaldo (morreu um casal). Parentes de outras pessoas que perderam a vida na tragédia nunca foram indenizados, entre eles familiares de duas babás e de um jovem que acompanhava um amigo. Uma empregada doméstica que sobreviveu ao desabamento também não recebeu compensação.

A ação penal foi encerrada em 1996, depois que os réus fecharam um acordo, segundo o qual indenizaram parte das vítimas. Dos 12 acordos cumpridos, cinco dizem respeito a acordos com proprietários que não perderam parentes no desabamento (tiveram só prejuízos materiais). Alguns dos que tiveram familiares mortos no episódio optaram por fechar acordo, como forma de sepultar o ocorrido.

“O que eu recebi não pagou as despesas funerárias, mas me livrou de participar das reuniões [com os outros proprietários para negociar o acordo]. Parecia um leilão: quem não tinha perdido familiares estava preocupado só com o dinheiro. Mas [o acordo] foi como virar uma página”, diz Guilherme Cury Saliba Costa, hoje com 36 anos e prefeito de Tomazina, no Norte Pioneiro. O pai, a mãe, dois irmãos, tios e a avó dele morreram no desastre.

O procurador de Justiça Hélio Airton Lewin era sub-síndico e conselheiro do Edifício Atlântico. Ele e os familiares conseguiram escapar. Hélio se emociona ao recordar daquele sábado. “Não são boas lembranças pra ninguém”, resume. Segundo os autos, ele recebeu, à época, R\$ 25 mil de indenização. “Ninguém recuperou 10% do que perdeu, mas chegou uma altura que a questão material era de menos. A gente estava preso àquela tragédia e queria superar aquilo.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em meio aos escombros, a luta para sobreviver

Guilherme Cury Saliba Costa foi despertado por um forte estrondo naquele sábado de 1995. Lembra-se da sensação de seu corpo caindo, junto com os escombros do prédio que ruía. Desmaiou. Horas depois, acordou com gritos dos bombeiros. Foi o primeiro sobrevivente do Edifício Atlântico a ser resgatado. Àquela altura, ainda não sabia que seus familiares tinham morrido no desabamento, inclusive o pai, Ivaldo Costa, que era prefeito de Tomazina. “Eu procurei entender e aceitar. Se morreu toda minha família, mas Deus quis me manter vivo, é porque havia algum propósito”, avalia.

Saliba demorou seis meses para recuperar o movimento das pernas. Passou nove anos em Curitiba, sob a tutela de uma tia. Por fim, decidiu voltar a Tomazina, sua cidade natal, onde se elegeu prefeito. “Eu quis voltar e terminar o trabalho que meu pai tinha começado.” Hoje, Saliba é casado e tem dois filhos — Vinícius e Adriano — batizados com o nome dos dois irmãos que perdeu na tragédia.

01 FEV 2015

Aguerreira

Além de ter perdido a família, Polliana Pundek é a única sobrevivente que tem sequelas físicas do desabamento. Ela foi salva pelo caixilho de uma porta, que impediu que os escombros a esmagassem. Apesar disso, teve as pernas comprimidas por uma viga. Hoje, não tem sensibilidade nos pés e caminha com dificuldade. “Na hora, fiquei calma. Eu pensava: se me apavorar, vou morrer. Ajudei os bombeiros a me resgatarem. Por um vão no concreto, eles jogavam um balde com uma corda. Eu enchia o balde com pedras e eles puxavam. Tudo para retirar os escombros e eles poderem me retirar dali”, lembra Polliana, que só foi salva no início da noite.

Para voltar a andar, lutou contra os próprios limites e o ceticismo de médicos. A reconstrução da vida foi lenta. Concluiu o curso de Arquitetura e casou-se com o namorado da época, que sempre esteve ao seu lado. “Tive que superar a mim mesma. Minha força veio de acreditar que, se Deus me manteve viva, é porque tenho que continuar.”



Polliana sente que parte de sua vida ruuiu com o Edifício Atlântico: “me sinto indignada e injustiçada.”

CONTINUA

ACORDO

“Punições não poderiam ir além do que foram”, diz advogado

▮ A ação penal que tinha como réus o engenheiro Ney Baptista Torres, o filho dele Luiz César de Mello Torres e o mestre de obras César Luiz da Silva foi extinta em 1996, após o construtor fechar acordo com parte das vítimas. Apesar de envolver 29 homicídi-

CONTINUAÇÃO

os culposos (quando não há intenção de matar), o caso foi resolvido em Juizado Especial. Criminalmente não houve penas. “Foi feita justiça. Não se poderia ir além disso, porque seria como aplicar a ‘Lei de Talião’. O Ney deu tudo que tinha para indenizar as vítimas, exceto o apartamento em que morava. Foi uma fatalidade. O próprio Ney perdeu parentes na tragédia”, diz o advogado Renato Andrade, que

defendeu o réu.

Após o encerramento do caso, Andrade perdeu contato com Torres, a quem classifica como um homem “justo e sério”. “Aqui não foi fácil para ninguém. Ele enfrentou tudo com constrangimento e consternação.”

Em 2008, o registro profissional do engenheiro foi cassado pelo Conselho Federal de Engenharia. A reportagem não conseguiu contato com nenhum dos réus.

RELATO

Para sobrevivente, superar o trauma é tarefa impossível

▮ Da sacada, Flávia Mocha de Mello Torres, então com 9 anos, sua mãe e dois irmãos ouviram gritos, alertando que o prédio iria desabar. Correram em direção à porta, mas não houve tempo. “Eu vi a parede rachando, se abrindo. Tudo desabou em seguida”, relembra. Flávia sofreu cortes nas pernas. A mãe dela e os irmãos não sobreviveram. Neta de Ney Torres e filha de Luiz César Torres, Flávia con-

ta que o desastre se tornou uma espécie de tabu para a família. Apesar do trauma, conseguiu tocar a vida: aos 29 anos, mora com um companheiro, com quem tem um filho. Mas o Atlântico ainda a assombra. “Eu achei que tivesse superado, mas não é fácil. Nunca ninguém me contou direito o que aconteceu. Minha família não toca no assunto. Acho que não se supera, só se vive com isso”, disse. O procurador de Justiça Lewin havia chegado ao edifício minutos antes do desabamento. Viu a movimentação de moradores e operários, discutin-

do sobre os reparos das colunas. Estranhou. “Eu subi e falei para minha esposa que estava um clima ruim.

Resolvemos sair com nossos sobrinhos e filhos. Quando descemos, em seguida o prédio veio abaixo. Não houve tempo para avisar ninguém. Ainda tomei um ‘tijoloço’ nas costas”, conta.

“Eu não consigo explicar porque eu não estava entre os 29 que perderam a vida. Porque eu poderia ter sido um deles. Embora eu não seja um homem de grande fé, imagino que deva haver uma explicação”, completa.

NEGLIGÊNCIA

Rachaduras “avisaram” que o prédio cairia

▮ Os dias que precederam a queda do Edifício Atlântico foram permeados de indicativos de que uma tragédia iria ocorrer. Mas os sinais foram ignorados. Segundo o processo, na véspera do desabamento as rachaduras chegavam a expor as ferragens das pilastras, o concreto se soltava e ouviam-se estalos. Mesmo assim, o prédio não foi esvaziado. Uma reunião para tratar do problema havia sido marcada para a tarde daquele sábado. Não deu tempo.

“Ainda me pergunto por quê não bateram na porta do meu apartamento e disseram que o prédio estava para desabar. Viram que ia cair e não fizeram nada”, diz Polliana Pundek.

Em depoimentos prestados à polícia, operários da obra deixaram claro que queriam interromper os trabalhos, pois temiam que o prédio ruísse. Antes de o edifício cair, um estalo fez com que todos saíssem correndo para fora. Mas, convencidos por alguns proprietários, voltaram ao trabalho. Minutos depois, houve um segundo estrondo e a queda. O processo contém declarações de moradores mencionando as

rachaduras e os indicativos de que o prédio estava comprometido. “No dia anterior, eu estava andando de bicicleta na garagem com a minha irmã e um pedaço do pilar se soltou e caiu na minha cabeça”, conta Flávia Torres, que à época tinha 9 anos. Além disso, o edifício não tinha projeto estrutural, só planta arquitetônica. Ainda assim, a prefeitura de Guaratuba autorizou a obra e o “habite-se”. À polícia, o mestre de obras César da Silva declarou que o ferro usado na construção “era muito fino”, mas que o construtor Ney Torres teria dito que “sabia o que estava fazendo”.

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Sem disputa, Assembleia vai eleger à presidência o “abençoado” de Richa

“[Na Assembleia] há uma maioria que se autoprotege, que se torna cada vez maior e que se perpetua. É quase um clube de amigos.”

Tadeu Veneri (PT), deputado da oposição.

Legislativo do Paraná chancela neste domingo a escolha do governador, o deputado Traiano

Euclides Lucas Garcia

Na Câmara Federal, o cenário é “caótico” para a presidente Dilma Rousseff: grandes chances de ver derrotado seu candidato à presidência da Casa e perspectivas de uma legislatura de embate com opositores e rebeldes da própria base aliada. No Senado, também cresce a possibilidade de o “independente” Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) vencer a disputa. Na Assembleia Legislativa do Paraná, por outro lado, o governador Beto Richa (PSDB) terá de enfrentar, neste início de 2.º mandato, apenas seis parlamentares de oposição. Além disso, o provável presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), foi o líder do governo durante toda a legislatura anterior.

Historicamente, a eleição para o comando da Assembleia costuma ser uma aclamação do candidato que re-

cebe as bênçãos do governador. Na disputa deste domingo, por exemplo, Traiano tinha até o fim do ano passado a forte concorrência de Ratinho Jr. (PSC), cujo partido elegeu a maior bancada da Casa, com 12 deputados. A disputa durou até emissários de Richa comunicarem a Ratinho que o governador preferia Traiano. Em troca, o parlamentar do PSC reassumiu a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano.

A quase certa unanimidade na escolha do presidente da Casa é, em parte, consequência de a bancada de oposição minguar a cada legislatura. Nas eleições de 2010, os partidos que disputaram a eleição contra Richa elegeram 27 dos 54 deputados — metade da Casa. Ao longo do 1.º mandato do tucano, porém, só os sete parlamentares do PT se assumiram como opositores. Agora, não deve ser diferente. Apesar de as legendas que enfrentaram Richa no pleito do ano passado terem conseguido eleger 18 deputados, a oposição de-

ve se resumir, num primeiro momento, aos três petistas e a três peemedebistas — Nereu Moura, Anibelli Neto e Requião Filho.

Domínio do Executivo

Professor de Ciência Política da UFPR na área de instituições e processo legislativo, Fabricio Tomio atribui o adesismo da maioria esmagadora dos deputados estaduais ao fato de as Assembleias terem, na comparação com o Congresso, margem restrita de competências e pouco poder de enfrentamento diante do Executivo.

“Seja porque o estado já não tem competências legislativas na comparação com a União, seja porque as prerrogativas que restam estão muito concentradas em iniciativas do próprio Executivo, a capacidade do legislador estadual de enfrentar ou constituir uma política mais autônoma é muito menor que em Brasília”, afirma.

CONTINUA

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Com essa força de negociação reduzida, aderir é a estratégia dominante para a maioria dos deputados.”

Segundo Tomio, o próprio chefe do Executivo alimenta esse sistema, porque o “custo” de atrair deputados para a base é baixo. “As coalizões nos estados não precisam de tanta partilha de poder e negociação continuada por espaço no governo como ocorre na União, justamente porque há muito pouco espaço para uma oposição constante.”

O professor explica ainda que, numa esfera dominada pelo Executivo, a carreira política de deputado, sobretudo na base do governo, é atraente. “Com uma Casa com mais de R\$ 600 milhões de orçamento e a capacidade de constituir um estafe numeroso, essa é uma carreira muito interessante e superprofissionalizada. É um parlamento esvaziado em sua competência, mas muito rico.”

01 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Ações judiciais de até R\$ 346 bilhões preocupam Planalto

Em um momento de austeridade, o governo federal se prepara

para o desafio econômico a ser enfrentado no Judiciário em 2015. Órgãos responsáveis pela defesa da União acompanham ações nos tribunais que podem custar R\$ 346 bilhões aos cofres públicos, além de afetar a condução da po-

lítica econômica. A conta, que considera os principais casos em tramitação nos tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal, faz parte de estudo feito pela Advocacia-Geral da União a que O Estado de S. Paulo teve acesso.

Justiça manda ALL recuperar ferrovia no litoral de São Paulo

A America Latina Logística (ALL) deverá apresentar em 90 dias um plano para recuperar o ramal ferroviário entre Santos, no litoral paulista, e a cidade de Cajati, no Vale do Ribeira, região sul do estado de São Paulo. A decisão foi dada pela Justiça Federal de Santos em ação movida pelo

Ministério Público Federal. O ramal está desativado desde 2002 e a linha férrea sofreu grande deterioração. A ferrovia é a única que se estende ao Vale do Ribeira. De acordo com a sentença, o plano de recuperação deve atender a diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e garantir à malha condições de operação no mínimo similares às existentes quando a ferrovia foi objeto de concessão.

ENTRE LINHAS

Parto humanizado na tela do celular

A luta contra a "violência obstétrica" ganha força em Curitiba. No último dia 16, a lei que cria uma campanha informativa a respeito do tema foi sancionada pelo prefeito Gustavo Fruet. Os equipamentos de saúde têm 90 dias para se adequar às regras e divulgar os direitos das gestantes. Já quem não quer esperar a ação do poder público para se informar (e não sabe por onde começar) tem a opção do aplicativo para celular "Parto Humanizado". Disponível só para dispositivos Androide, por enquanto, o app foi desenvolvido no Hackaton de gênero e cidadania, da Câmara dos Deputados, com orientação da ONG de direitos humanos Artemis, que atua no combate à violência obstétrica. "Você empodera fornecendo informação clara e precisa e acesso à Justiça. Assim a mulher tem autonomia para negar o que ela quiser", explica a diretora de negócios da ONG, Ana Lúcia Keunecke.

Plano de parto e denúncias

Além de textos informativos, o aplicativo oferece contato dos órgãos responsáveis por receber denúncias de violência. Há um mapa de doulas e da rede de apoio à gestante, baseado nos dados de geolocalização fornecidos pela Artemis. Ainda é possível fazer seu próprio plano de parto, ou seja, marcar as opções de procedimentos que a pessoa aceita ou nega que sejam feitos durante o nascimento dos filhos, e que só podem ser desobedecidos em caso de risco de vida. Baixe em https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.PartoHumanizado&hl=pt_BR.

02 FEV 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Posse

Tomam posse hoje o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), desembargador Jucimar Novochadlo, e o novo corregedor, Luiz Fernando Tomasi Keppen. A gestão ficará à frente das eleições municipais de 2016. E deverá trabalhar sob a pressão das denúncias de caixa dois e desvios para campanhas deflagradas na Operação Lava Jato. O desembargador é o primeiro presidente do TRE que já pertenceu aos quadros da instituição: foi servidor concursado de 1980 a 1989, antes de ingressar na magistratura.

Aliás...

Novochadlo reconhece que a Corte terá que fiscalizar as eleições com o cuidado exigido por uma resolução que está sendo preparada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em resposta às denúncias de desvio de dinheiro apuradas pela Polícia Federal. Outra meta será aumentar de 25% para 40% o percentual de eleitores que usam urnas biométricas no estado.

Posse no TJ

Hoje também é a posse da cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), que passará a ser presidido pelo desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. O cargo de 1º vice-presidente será ocupado por Renato Braga Bettega. Fernando Wolff Bodziak continua na posição de 2º vice-presidente.

BESSA

Atualizado

- Os desembargadores Jucimar Novochadlo e Luiz Fernando Tomasi Keppen tomam posse hoje, às 10 h, como presidente e vice, respectivamente, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- A nova cúpula do Tribunal de Justiça, encabeçada pelo desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, toma posse hoje, às 17 h, no 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça.

02 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Morre, aos 76 anos, o ex-presidente do Bamerindus José Eduardo Vieira

O empresário,
que também foi
senador e ministro,
era dono do grupo
que edita a *Folha
de Londrina*

Rogério Galindo com Estádio
Conteúdo e jornal de Londrina

O empresário José Eduardo de Andrade Vieira, que presidiu o banco Bamerindus e era proprietário do Grupo Folha de Comunicação (dono do jornal *Folha de Londrina* e do portal Bonde), morreu às 6h50 da manhã de ontem. Ele tinha 76 anos e deixa sete filhos.

O empresário, que também fez carreira na política, como senador e ministro, estava internado desde 12 de janeiro, quando deu entrada em um hospital de Joaquim Távora (Norte Pioneiro) para tratar uma pneumonia. Ele foi transferido no dia seguinte para o Hospital Evangélico de Londrina, onde morreu em decorrência de parada cardiorrespiratória. O velório prossegue a partir de 9h de hoje, no Crematorium Londrina. A cerimônia de cremação está prevista para 11h30.

Em nota, o governador Beto Richa lamentou a morte de Andrade Vieira. "Foi um grande paranaense, que fez de sua vida um ideário de trabalho pelo Paraná como político e empresário", disse Richa.

Quatro áreas

O nome de Andrade Vieira, nascido em Tomazina (Norte Pioneiro), ficou ligado a quatro áreas de atuação. Na economia, ele foi o herdeiro e gestor de um dos maiores bancos privados do Brasil, o Bamerindus. Na política, se elegeu senador e chegou a ministro por duas vezes. Na imprensa, comprou um dos mais tradicionais jornais do Paraná, a *Folha de Londrina*. E na agricultura tocou suas fazendas até o fim da vida.

Andrade Vieira foi senador pelo Paraná e ministro nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo, comandou o ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992-1993) e, posteriormente, assumiu a Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (1993). Durante o período FHC, voltou a chefiar a Agricultura (1995-1996).

Entre 1981 e 1997, presidiu o Bamerindus, banco fundado por sua família e que foi vendido ao HSBC. Em 1992, Vieira se tornou sócio da *Folha de Londrina*, assumindo a superintendência do jornal sete anos mais tarde.

A ida para o banco foi, segundo Andrade Vieira, um "acidente de percurso". Em 1981, aos 43 anos, um avião que levava parte da família caiu, matando dois dos ir-

mãos. Um outro irmão havia morrido seis meses antes. Restaram José Eduardo e quatro irmãs (entre elas a empresária Maria Christina Andrade Vieira, falecida em 2011), e ele acabou assumindo o banco.

Ascensão e queda

O período de maior destaque e a queda financeira vieram em seguida, e o próprio Andrade Vieira não conseguia deixar de suspeitar que as coisas estivessem ligadas. Em 1992, quando estava no segundo ano do mandato de senador obtido em 1990, numa disputa contra Tony Garcia, foi chamado por Itamar Franco para o ministério.

Durante alguns meses, chegou a acumular duas pastas: a da Indústria e Comércio e a da Agricultura. Em 1995, já com Fernando Henrique na presidência, voltou a ser ministro da Agricultura.

A queda viria dois anos depois, com a intervenção federal no banco da família. Fundado pelo pai de José Eduardo, o empresário Avelino Vieira, o banco tinha se firmado entre os maiores do país. "Em câmbio, chegou a ser maior que o Banco do Brasil", orgulhava-se o banqueiro.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

02 FEV 2015

No entanto, a empresa passava por dificuldades financeiras e, em 1997, o mesmo governo Fernando Henrique que tinha colocado o paranaense no primeiro escalão, determinou sua derrocada.

A intervenção foi seguida da venda do banco e dos ativos para o britânico HSBC. José Eduardo nunca perdoou o que considerou uma traição do então presidente. Primeiro porque achava que o banco tinha condições de se recuperar. Segundo, porque, segundo o ex-proprietário, os ativos foram vendidos “a preço de banana”. E terceiro porque José Eduardo nunca tirou da cabeça que FHC lhe tirou o banco porque ele estava ficando forte demais.

“Até para presidente da República eu cheguei a ser cogitado. Por isso que o Fernando Henrique fez a intervenção. Por medo de eu concorrer com ele. Com a intervenção no banco, obviamente afetou minha credibilidade e eu fiquei sem recursos para qualquer coisa”, desabafaria quinze anos mais tarde ao jornal O Estado de S. Paulo.

Politicamente, a venda do Bamerindus significou o fim de José Eduardo. Terminado o mandato de senador, ele nunca mais se candidatou a nada. Continuou nos negócios com a *Folha de Londrina*. Mas pouco ia à sede do jornal, e preferia passar os dias na Fazenda da Capela, em Joaquim Távora.

Problemas de saúde

Há vários anos enfrentava problemas de saúde. Tinha, segundo ele próprio, “um pouco de diabetes”. Em 2011, passou a ter problemas de fala que, segundo seu médico, poderiam ser consequência de um acidente vascular cerebral. “Não senti nada”, disse em entrevista ao jornal *Valor Econômico*.

INTERVENÇÃO

**BC concluiu
liquidação do banco
em dezembro**

Da Redação, com agências

A liquidação extrajudicial do Bamerindus, banco que estava com atividades suspensas desde 1998, foi concluída apenas em dezembro do ano passado pelo Banco Central. Um dos maiores bancos do país até o fim dos anos 90, o Bamerindus tinha mais de 3 milhões de clientes e 1,2 mil agências. A instituição foi uma das que enfrentaram problemas financeiros após a estabilização da moeda alcançada com o Plano Real.

De acordo com o BC, o fim do regime de intervenção foi possível devido à aquisição da instituição, que passou a se chamar Banco Sistema S.A.. Também teve fim o processo de liquidação de outras empresas do grupo financeiro, a Bamerindus S.A. Participações Empreendimentos, Basteq Tecnologia e Serviços e a Fundação Bamerindus de Assistência Social.

Em maio do ano passado, o

Fundo Garantidor de Créditos (FGC) havia colocado R\$ 3,5 bilhões no antigo Bamerindus, o que permitiu a venda do que sobrou da instituição ao BTG Pactual, por R\$ 418 milhões. A transação vinha sendo preparada desde 2013.

O Pactual, por sua vez, já era dono do Banco Sistema desde 1997. Na época, essa instituição apresentava problemas financeiros.

A troca do nome foi necessária porque a marca Bamerindus – que foi vendida ao HSBC no fim dos anos 90, junto com os principais ativos do banco (agências, carteiras de empréstimos e imóveis) – não entrou na negociação com o Pactual.

Crédito

O BTG Pactual deve alocar R\$ 5 bilhões em ativos para viabilizar a operação do Bamerindus como seu braço para empréstimos e financiamentos. O BTG quer aproveitar R\$ 2 bilhões em créditos tributários do Bamerindus, rebatizado como Banco Sistema, em um movimento que vai permitir uma redução no pagamento de impostos.

02 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» TRAGÉDIA EM GUARATUBA

Prefeitura cobra IPTU de prédio que caiu

Edifício Atlântico ruiu em 1995, mas proprietários ainda recebem os carnês todo mês. Três apartamentos, que nem existem, foram penhorados

| Felipe Anibal

O terreno na esquina da Rua Gabriel de Lara com a Santos Dumont, em Guaratuba, no Litoral do Paraná, hoje só é ocupado por algumas árvores. Aquele era o endereço do Edifício Atlântico, que desabou há 20 anos, matando 29 pessoas. Quem tinha apartamento no imóvel ainda hoje recebe a cobrança de IPTU, como se o prédio estivesse em pé. Por não pagarem o imposto, três proprietários tiveram penhorados os apartamentos que não existem mais.

A arquiteta Polliana Pundek ainda recebe os carnês emitidos pela prefeitura de Guaratuba, que especificam tratar do apartamento n.º 12 e da garagem n.º 15 do Atlântico. Ela estava no imóvel

quando o prédio veio abaixo. Sobreviveu, mas perdeu pai, mãe e um irmão na tragédia. Receber os boletos é reviver um trauma. “Cada vez que eu leio ‘apartamento 12’ lembro que ele não existe mais. É um absurdo, um desrespeito”, desabafa.

Depois do desastre, Polliana nunca pagou o IPTU do prédio. A advogada dela estima que a dívida já passe de R\$ 15,2 mil. Ela já foi notificada da execução fiscal de três períodos. Pior: conforme consta da matrícula do imóvel, a prefeitura de Guaratuba penhorou o apartamento que desabou há 20 anos.

“Com a penhora, o município pode destinar o apartamento para leilão. Com o dinheiro obtido, a dívida seria paga. Agora, imagine leiloar um apartamento que não existe”, diz a advogada Marina Macedo, que representa Polliana.

Outro imóvel penhorado é o apartamento 32, que pertencia ao então prefeito de Tomazina, Ivaldo Alves da Costa, e que morreu no desabamento ao lado da mulher, filhos e outros familiares. O único sobrevivente da família. Guilherme Saliba Costa,

hoje com 36 anos, nem sequer sabia das dívidas de IPTU e da penhora. “Foi uma falta de noção administrativa da prefeitura da época. Quem não sabe que o imóvel não existe mais? É público e notório. Foi o maior desastre da história da cidade”, aponta Saliba Costa, que hoje é prefeito de Tomazina. O outro apartamento penhorado pertence à empresa Toaldo & Toaldo.

Um levantamento feito pela *Gazeta do Povo* nas matrículas dos imóveis indica que, em 2014, outras duas famílias não pagaram o IPTU do Edifício Atlântico. Sete recolheram o tributo normalmente e quatro não foram localizadas.

Na Justiça

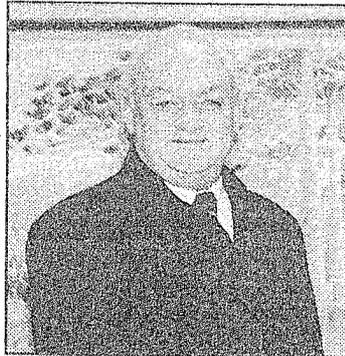
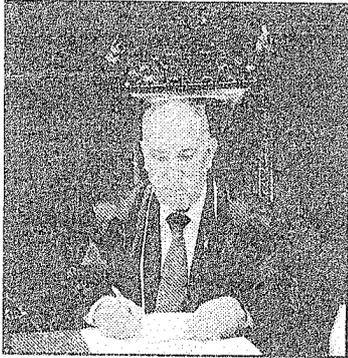
Polliana recorre na Justiça das cobranças de IPTU e da penhora do imóvel. Entre outros pontos, a advogada dela argumenta que as pessoas que tinham unidades no Atlântico deixaram de exercer a propriedade do imóvel. “O prédio não existe há 20 anos. Isso quer dizer que ninguém, nenhum dos proprietários, usa, goza, dispõe ou protege o bem”, resume Marina Macedo.

02 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

MÃO FECHADA



Desembargadores Guilherme Gomes e Sergio Arenhardt

Foi muito simpática e eloquente a homenagem que o Tribunal de Justiça do Paraná prestou na quinta-feira a brasileiros notáveis que atuam na área do Direito, quando agraciou com a Medalha do Mérito Judiciário os professores

René Dotti, Luiz Edson Facchin, o juiz Sergio Arenhardt e o ministro Kukina, do STJ.

A surpresa dos convidados ficou por conta da 'sovinice' do TJ, que não promoveu um coquetel, por mais simples que fosse, para cele-

brar o evento.

Um descuido que marcou.

MÃO FECHADA (2)

O presidente do TJ, Guilherme Gomes, é tido e havido como um "mão aberta na vida pessoal", um generoso que não resiste a quaisquer apelos de vendedores de rua. "Ele sempre quer ajudar o próximo", explica um desembargador, que, a seguir avaliou:

"Já o novo presidente, Paulo Vasconcelos, é um sovina na vida institucional. Exemplo: quando presidiu a Associação dos Magistrados do Paraná, deixou o cargo com um enorme caixa para a instituição".

Será que a falta de coquetel pode já ser sinal da nova direção do TJ?

02 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUIZ NEGA QUE TENHA SUGERIDO SUSPENSÃO DE CONTRATOS

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, negou que tenha sugerido a suspensão dos contratos da Petrobras que estão em andamento. Em nota à imprensa, o juiz esclareceu que a manutenção das prisões dos executivos das empreiteiras é necessária justamente porque não há como substituí-las pela paralisação dos contratos com as empresas investigadas.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

TRE quer expandir biometria para 40% dos eleitores

Meta foi anunciada ontem pelo presidente eleito do órgão, Jucimar Novochadlo. Hoje, 25% dos paranaenses aptos a votar utilizam o sistema



Segundo prevê Novochadlo, as obras do novo fórum de Cascavel e a reforma do de Foz do Iguaçu devem ser concluídas até o final do ano

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná pretende ampliar o percentual de eleitores que utilizam urnas biométricas dos atuais 25% para 40% até outubro de 2016, quando acontecem as eleições municipais. A meta foi anunciada ontem pelo desembargador Jucimar Novochadlo, que toma posse como presidente do órgão, para um mandato de um ano, na próxima segunda-feira, às 10 horas. O magistrado será o primeiro ex-funcionário do TRE a ocupar a função. No mesmo dia, Fernando Tomasi Keppen, já escolhido como sucessor de Novochadlo, assumirá a vice-presidência e a corregedoria da Corte.

Hoje, dos cerca de oito milhões de paranaenses aptos a votar, apenas dois milhões têm suas digitais cadastradas no sistema digital. Os municípios onde ocorre a votação biométrica são Curitiba, Londrina, Maringá, Tamarana, Doutor Camargo, Floresta, Ivatuba, Paiçandu, Campo Largo e Balsa Nova. “Já estamos realizando biometria na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), especialmente em Colombo, São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul e Pinhais. Também nas cidades do litoral, como Paranaíba, Antonina, Guaratuba e Marinhos”, afirmou o presidente eleito.

De acordo com ele, a expansão em outras regiões depende de uma definição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o tipo de cadastro a ser efetuado. “No sistema fechado, o Tribunal faz a

convocação dos eleitores, com um prazo. Já no aberto, na medida em que ele (eleitor) precisa de um documento, vai até o cartório eleitoral e lá são coletados os dados para a biometria, que é o que vem acontecendo.” O custo para a realização de um único cadastro é de R\$ 6.

Outra meta de Novochadlo é concluir, até o fim do ano, as obras do novo fórum de Cascavel e a reforma do de Foz do Iguaçu, os dois na região Oeste. Conforme o TRE, o Paraná possui hoje 206 zonas eleitorais e 139 fóruns inaugurados, restando 15 em fase de construção. O magistrado informou, ainda, que nos próximos pleitos mais duas cidades paranaenses devem contar com segundo turno: Foz e São José dos Pinhais, ambas próximas de atingir o número mínimo de 200 mil eleitores. Atualmente, só pode haver segundo escrutínio em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel.

CONTINUA

Fiscalização fez número de retificações aumentar

Curitiba - Uma iniciativa do próprio TRE, por enquanto restrita a Curitiba, levou o número de retificações de prestações de conta de candidatos a aumentar nas últimas eleições. Segundo levantamento preliminar do órgão, que considera 700 das 1.200 declarações já analisadas, em 40% dos casos ocorreram alterações posteriores. No pleito de 2010, o Tribunal recebeu 800 documentos, sendo que somente 15% foram retificados.

Durante a campanha, uma equipe do TRE saía diariamente pela cidade para acompanhar as propagandas de postulantes aos cargos de governador, senador e deputados. Foram fotografados veículos, quiosques e até um guarda-sol com adesivos dos candidatos. Nenhum desses itens é proibido, no entanto, o uso deles deve ser informado à Justiça Eleitoral.

Depois, quando as prestações chegavam, o Tribunal procurava o registro dos gastos e, em caso de divergências, notificava os envolvidos. Para constranger os "infratores", a parede da sala destinada à entrega dos documentos chegou a ser ilustrada por imagens contendo os materiais publicitários. Como a elaboração de uma retificação é considerada um procedimento normal, o TRE não citou nomes, nem partidos. Garantiu, contudo, que todos os principais candidatos foram "pegos" pela fiscalização reforçada. (M.E.R.)

CONTINUAÇÃO

PLANEJAMENTO

A partir de segunda-feira, os membros do Tribunal começam a se reunir para planejar as medidas a serem adotadas visando às eleições de 2016. Segundo o novo presidente, a principal mudança diz respeito à resolução 12.891/2013, a minirreforma eleitoral. A lei prevê, entre outras questões, limitação de cabos eleitorais, fim dos caletes e proibição de "envelopamento de veículos".

Também ficam restritas despesas com alimentação (até 10% dos gastos) e com aluguel de automóveis (20%). Novochadlo disse que, por conta das denúncias da Operação Lava Jato, que investiga desvio de recursos da Petrobras, a tendência é de que a fiscalização aumente. "A gente tem notícias de que o TSE está elaborando uma nova resolução, mas não é algo pronto. Logo será liberada." O documento deve conter informações como calendário e orientações para prestação de contas.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-assessor preso gosta de mostrar intimidade com autoridades

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

Demitido após a divulgação de sua prisão por suspeita de envolvimento com casos de prostituição infantil, o ex-assessor do governo do Paraná Marcelo Caramori gosta de demonstrar proximidade com grandes nomes da política paranaense. O fotógrafo expõe várias fotos próximo a eles em seu perfil no site de relacionamentos Facebook, onde há, inclusive, imagem da tatuagem com o nome do governador em seu braço.

“Tchello”, como gostava de ser chamado, era lotado no cargo comissionado de Assessor da Governadoria com salário de R\$ 6.177,13. A exoneração foi publicada no Diário Oficial do Estado de ontem e, de acordo com a assessoria de imprensa do governo, foi assinada assim que a prisão dele foi comunicada. Ainda segundo o órgão, o governo espera uma apuração rigorosa do Ministério Público sobre a acusação.

A assessoria do Palácio Iguçu afirma que a função exercida por Tchello era de fotógrafo de eventos oficiais em Londrina. Porém, na prática, ele acabava exercendo uma espécie de assessoria, tentando, inclusive, controlar o acesso de jornalistas ao governador.

Fotógrafo recebeu homenagem da Câmara de Londrina

Em outras ocasiões, atuava como “leão de chácara”: na visita de Beto a Londrina para entrega de novos espaços no Jardim Botânico, há um ano, por exemplo, ele deu uma gravata e retirou do local Emerson Petriv, o Boca Aberta (PSC) – que protestava, na verdade, contra o prefeito Alexandre Kireeff (PSD).

FOTOS

No Facebook, Tchello gosta de demonstrar proximidade com políticos paranaenses como o ex-secretário estadual do Planejamento Cássio Taniguchi, o atual secretário de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Júnior (PSC), e o senador Alvaro Dias (PSDB).

Porém, é ao lado do governador que gosta de posar. Junto com diversos registros de Beto durante a campanha, é abraçado com o fotógrafo em ocasiões menos formais, como ao lado de um carro de corrida e até uma selfie, datada de 18 de dezembro passado – segundo ele, registrada pelo pró-

prio governador. “Hoje quem fez a foto foi o chefe o amigo e o governador... Valeu pelo carinho e pelos parabéns pelo meu aniversário... (sic)”, escreve Tchello na foto.

Em uma montagem datada de 17 de maio passado, registra o momento em que tatua o nome de Beto em seu braço direito, abaixo de um código de barras. “Não basta vestir a camisa, ela você pode trocar !!! Tem que vestir a alma a pele e assim é... assim será sempre... eu sei que eu quero e sei porque eu escolhi o melhor chefe o melhor amigo e o ser humano mais incrível que eu conheci!!! (sic)”, escreveu na descrição da imagem.

RECONHECIMENTO

O fotógrafo também recebeu o título de reconhecimento público da Câmara de Vereadores de Londrina. A homenagem, concedida em 2010, é de autoria de Padre Roque (PR). O vereador foi procurado na tarde de ontem para explicar o motivo da honraria, mas ele não atendeu ao celular e não retornou o recado deixado na caixa posta.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Investigação

busca relacionar auditor fiscal a fotógrafo

Gaeco e MP coletaram ontem novos depoimentos em procedimento que apura suspeita de exploração sexual

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina – Duas adolescentes com mais de 14 anos estiveram na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para prestar depoimento na investigação que apura possíveis casos de exploração sexual relacionados ao auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza e ao fotógrafo e ex-assessor do Governo do Estado Marcelo Caramori.

Conforme a promotora Caroline Esteves, uma das meninas revelou que praticou relações sexuais mediante pagamento com os dois investigados em ocasiões diferentes e até descreveu a casa do fotógrafo onde teria ocorrido o programa. A outra adolescente contou que participou de um encontro com o auditor Luiz Antônio de Souza. Elas detalharam os encontros, mas o caso corre sob sigilo.

Segundo a promotora, outras quatro vítimas teriam saído com os dois suspeitos, o que motivou o pedido de prisão do fotógrafo. Além dessas, duas adolescentes, uma de 15 anos e outra de 13, contaram que tiveram re-

lações sexuais apenas com o auditor. “A cada depoimento, novas vítimas vão aparecendo e todos os relatos delas e das agenciadoras são sempre no mesmo sentido: um confirma o outro”, apontou a promotora. No total, oito meninas já foram ouvidas pelo Gaeco e pelo Ministério Público.

A investigação aponta que os dois suspeitos teriam aliciado garotas e solicitado a elas que apresentassem amigas para fomentar a exploração sexual. Conforme o MP, os valores pagos pelos programas variavam entre R\$ 300 e R\$ 2 mil. Uma porcentagem era paga às meninas que indicavam as amigas. “Caramori atraía essas meninas, acabava explorando sexualmente as vítimas com a prática de ato sexual mediante pagamento, mas fazia isso para ele. Não há indícios de que ele seria um agenciador. Ele se valia de agenciadoras para atrair as meninas”, revelou Caroline.

Por enquanto, não há uma ligação direta entre as ações de Luiz Antônio de Souza e Marcelo Caramori. “Os dois se valiam das mesmas agenciadoras e, por consequência, praticaram esses atos com as mesmas vítimas”, afirmou a

promotora. Além da jovem Carla de Jesus, de 19 anos, outras duas jovens com mais de 18 anos teriam agenciado as meninas para os investigados. Computadores, celulares e outros objetos apreendidos serão periciados. As meninas também passarão por exames médicos.

Os programas sexuais apurados na investigação teriam ocorrido nos últimos dois anos. O Ministério Público apura a existência de uma rede de exploração sexual.

O auditor Luiz Antônio de Souza e o fotógrafo Marcelo Caramori permaneceram presos ontem na Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2). O advogado do auditor, Omar Baddauy, não foi encontrado para dar entrevista. Já o advogado do fotógrafo, Leonardo Vianna, reforçou que Caramori “nunca teve atividade econômica de exploração de maiores ou menores”. “A promotora interpretou os fatos de maneira completamente descabida e equivocada. Esse crime não existiu. Se uma moça sai com alguém e cobra por livre e espontânea vontade, isso não é crime. Confio na Justiça”, informou.

3 1 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

O assessor

Há assessores (e parece que o caso desse fotógrafo de Londrina, denunciado por abusos sexuais, se enquadraria entre os que se imaginam com poder e tentam se mostrar íntimos do governador) que se acreditam uma extensão do chefe, como há exemplos - como o de Ezequias Moreira - em quem as pessoas enxergam alguém muito próximo da autoridade e o transformam em mediador. No primeiro caso não há como impedir exibicionismos como o de postar imagens no Facebook de aproximações com o governador e, no segundo, o ônus fica inteiramente contra o assessorado à conta de um gesto de sacrificada e sofrida lealdade.

A carreira política de Gleisi Hoffmann e, especialmente sua candidatura, foi quase amputada pela descoberta de que seu assessor principal, Gaievski, era um compulsivo pedófilo. É mais fácil ao público absorver um notório corrupto do que uma dessas patologias: quem na sociedade não teme que filhos e netos sejam alvo de abuso desses maníacos? Esse pânico é que movimenta o horror contra essas pessoas, haja vista para o que acontece na cúpula da Igreja romana.

Daí, o espanto provocado pelo fato mais recente respondido fulminantemente com a sua exoneração em Diário Oficial.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz quer saber por que empreiteiro incluiu políticos como testemunhas

Brasília - O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, deu um prazo de cinco dias para a defesa do executivo Ricardo Pessoa, da UTC, esclarecer os motivos de ter incluído como suas testemunhas de defesa diversos agentes políticos, incluindo um ministro do governo federal. Foram apresentados como suas testemunhas o ministro da Defesa Jaques Wagner (PT), o tesoureiro da campanha de Lula em 2006, José de Filippi Júnior, o deputado da Câmara Arlindo Chinaaglia (PT-SP), o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo e os deputados federais Paulinho da Força (SD-SP), Jorge Tadeu Mudadên (DEM-SP), Jutahy Júnior (PSDB-BA) e o ex-deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). Pessoa - preso na sétima fase da Lava Jato -, foi apontado por um dos delatores como coordenador de um "clube de propina" formado por empreiteiras. O executivo continua detido na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, desde novembro do ano passado.

O advogado Alberto Toron havia afirmado não existir "razão política" para arrolarem essas testemu-

nhas. "São pessoas que conhecem o trabalho do Ricardo", declarou. Moro, porém, pediu mais detalhes para decidir se aceita ou não as testemunhas. O juiz argumentou em seu despacho que a oitiva de agentes públicos "é sempre demorada e difícil", citando artigo do Código de Processo Penal que prevê o testemunho dos agentes públicos em "local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz".

ODEBRECHT E ANDRADE GUTIERREZ

A defesa da UTC questiona ainda por que as construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez não têm denúncia do Ministério Público contra elas e não foram incluídas como réus em ações penais, ao contrário do que ocorreu com as outras empresas investigadas pela Operação Lava Jato. "A denúncia sustenta que a dita organização criminosa era constituída, entre outras empreiteiras, pela Odebrecht e Andrade Gutierrez. Ocorre que não se vê nenhum controlador ou mesmo executivo destas empresas no polo passivo desta ação penal", diz trecho da defesa.

"Das duas uma: ou não há prova quanto a estes para colocá-los desde logo no banco dos réus e, portanto, é indevida a referência a tais empresas; ou, se há provas, deve haver, para usarmos um eufemismo, 'particularidades', que as distinguem e que, portanto, 'recomendam' a instauração de ação penal distinta", continua, sugerindo um tratamento diferente a essas empresas.

Na peça, os advogados da UTC dizem que a situação leva ao cerceamento da defesa de seus clientes.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

Sérgio Moro passou aqui

O já famoso juiz federal Sérgio Moro, que comanda todo o processo do "Petrolão", em Curitiba, passou ontem por Londrina. Desembarcou no aeroporto local por volta das 20 horas. Me disseram que estaria a caminho de Maringá, onde tem familiares. Com ele, dois seguranças especiais. Onde vai, Sérgio Moro tem sido aplaudido pela população, pela sua conduta no desenvolvimento das oitivas de testemunhas e das prisões de envolvidos no maior escândalo que já houve no País. Mas alguns advogados comentaram em Londrina que ele estaria errando, se, de fato, teria aceitado conceder comissão de 2 por cento de todo o dinheiro que Beto Yousseff conseguir ajudar a trazer de volta para os cofres do Tesouro Nacional, dentro das prerrogativas estabelecidas na delação premiada.

31 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça dá dez dias para entrega de marca-passo

Marian Trigueiros

Reportagem Local

Londrina - A juíza da 2ª Vara da Infância e da Juventude e Adoção de Curitiba, Maria Lúcia de Paula Espíndola, estipulou anteontem multa diária de R\$ 10 mil pelo descumprimento da liminar que determinava desde dezembro a entrega de um aparelho marca-passo diafragmático à bebê Isabelly Vitória Pardim de Deus Mello. No despacho, a juíza determinou que o Estado do Paraná, no prazo de dez dias, proceda a entrega do aparelho ao responsável pela criança. "Na hipótese de descumprimento da presente obrigação de fazer, fixo multa diária a ser imputada à parte a quem foi determinado o cumprimento da obrigação", escreveu a juíza. Ou seja, a multa começa a ser cobrada a partir do dia 6 de fevereiro, caso o aparelho não chegue ao destino final. O marca-passo que seria implantado na bebê de 15 meses e que deveria ter chegado na última segunda-feira foi parar na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Depois de comunicar o erro — mesmo sem saber o motivo —, a empresa responsável, Micromedical, pediu mais dez dias para a entrega. Em manifestação à Justiça, os advogados do caso lembraram que, em 23 de dezembro, a criança completou um ano em leitos hospitalares, "sendo que, se tivesse sido disponibilizado o marca-passo diafragmático, já poderia estar em casa".

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

HISTÓRIAS DO CÁRCERE

Mães

compartilham com
filhos pequenos a
dura rotina das
penitenciárias

Um total de 550 crianças – a maioria bebês de até seis meses – vivem em 80 prisões femininas espalhadas pelo País. No Paraná, 32 meninos e meninas vivem em uma unidade em Piraquara. A reportagem da **FOLHA** mergulhou neste universo e mostra como a leveza da infância e a nobre tarefa da maternidade se adaptam aos rigores da privação da liberdade

CONTINUA

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Maternidade no cárcere

Pelo menos 550 mulheres cumprem pena ao lado de filhos pequenos no Brasil; destas, 32 estão no Paraná

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – “Quem está pagando a sua dívida com a sociedade é a mãe; não a criança.” A frase de Patrícia Elizabeth Benitez Romero, assessora do setor de solidariedade do Grupo Marista, resume bem a situação dos 32 meninos e meninas que vivem hoje na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), em Piraquara, região metropolitana de Curitiba (RMC). Em um espaço com paredes coloridas, que se diferencia das minúsculas celas prisionais, os pequenos passam as tardes brincando no berçário, na grama ou no parquinho, sob a supervisão das mães. Os altos muros que cercam a instituição, as agentes fazendo a guarda a todo momento, as frequentes revistas e o acesso restrito a outras pessoas, contudo, deixam claro que ali se trata de um presídio de segurança máxima.

Conforme o Ministério da Justiça, 400 gestantes e 550 crianças, sendo 53% de até seis meses, 26% de um ano e 20% com idades superiores, vivem atualmente nos 80 estabelecimentos penais femininos do País (53 penitenciárias). São casos como o de *Alice, de 2 anos, cuiã mãe. a

londrinense *Joana, de 27, foi condenada a 11 anos de reclusão por tráfico de drogas e associação, em junho de 2012. De cabelos cacheados soltos e sorriso tímido, a garota é como qualquer bebê de sua idade: se diverte, chora, faz manha e, aos poucos, vai descobrindo novas palavras e significados. O pai dela, de quem Joana não tem notícias, também está preso, há sete anos, acusado de homicídio. Já a irmã mais velha, Laura*, de 6, mora com a tia em Londrina.

Recomendação de especialistas: criança deve sair da prisão a partir de 2 anos

“Eu era promotora de vendas, mas o dinheiro não estava dando e me vi obrigada (a cometer o crime). Fiquei sabendo que estava grávida e, em questão de um mês, eu já fui presa”, conta a detenta, hoje à frente da cozinha da creche. Na PFP, única das cinco unidades do Estado a receber crianças, as mães possuem o mesmo direito à remissão concedido às demais trabalhadoras. “A cada dois dias de trabalho, elas têm um dia descontado da pena. E recebem três quartos de um sa-

lário mínimo”, explica a diretora, Rita Naumann. Segundo ela, das cerca de mil presas do Paraná, 400 estão em Piraquara. “Aqui temos um diferencial: quase 100% (das internas) participam de alguma atividade, como tratamento penal, cursos de qualificação profissional, escola ou convênio de trabalho com empresas de fora.”

Em geral, as gestantes são encaminhadas primeiro ao Complexo Médico-Penal, onde permanecem até o momento do parto. Depois, já na PFP, são levadas a uma galeria separada, para amamentação. Saem de lá apenas quando os bebês completam seis meses, momento em que eles começam a frequentar a educação infantil e a se preparar para a saída da unidade. Pela legislação, os pequenos podem ficar na instituição até os seis anos, tempo que varia de Estado para Estado. A recomendação de especialistas, contudo, é de que a partir dos dois a criança seja entregue a um familiar mais próximo.

“Nunca imaginava que existia esse lugar aqui. Quando entrei, achava que ela (Estela*, de um ano e sete meses) ia nascer e iam mandá-la embora”, afirma *Marta, de 23, de Paranacity (Noroeste).

CONTINUA

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Acusada de latrocínio e ocultação, ela cumpre pena de 23 anos, 4 meses e 13 dias. Como recorreu da sentença, atualmente espera um retorno da Justiça para saber se continua ao lado da filha ou se a deixa com os familiares. Caso a separação ocorra, a menina só poderá voltar ao presídio aos sábados e domingos, que são os dias de visita.

Desde outubro de 2014, a Rede Marista de Solidariedade (RMS) é a responsável pelo desenvolvimento das atividades pedagógicas no local, conhecido como "Estação Casa". Das 5h30 às 19 horas, porém, são as próprias detentas que cuidam das crianças, num esquema de revezamento. "À noite, a gente desce (para as celas) e eles ficam aqui, com as agentes e enfermeiras", relata *Patrícia, de 32, de Bandeirantes (Norte Pioneiro). Mãe de *Pedro, de um ano e sete meses, e de *Sabrina, de 13, atualmente sob cuidados da avó, ela "caiu" numa escuta telefônica, também por acusação de tráfico, pouco tempo após a prisão do ex-companheiro. "Em parte, é triste ter os filhos na prisão. Sei que ele tem liberdade, mas não faz as mesmas coisas que faria fora", lamenta. (Continua na página 9)

• Todos os nomes utilizados são fictícios, para preservar as identidades das mães e das crianças

CONTINUA

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

ATRÁS DAS GRADES

Punição adicional às mães presas

**Detentas da Penitenciária Feminina do Paraná,
vindas de cidades distantes à Piraquara, vivem drama
de perder contato com filhos maiores**

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – A Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), localizada em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba (RMC), é hoje a única das cinco cadeias para mulheres existentes no Estado autorizada a receber gestantes e bebês pequenos. A falta de espaços com estrutura adequada acaba impondo às mães naturais de outros municípios, que não os da RMC, uma punição adicional. Se, por um lado, elas se aproximam dos filhos recém-nascidos, por outro se veem obrigadas a romper o vínculo com os maiores, normalmente entregues aos cuidados de familiares próximos.

*Joana contou à reportagem, bastante emocionada, que só tem notícias da filha mais velha, *Laura, de 6 anos, por meio de cartas e fotos. A menina mora com uma tia, em Londrina, desde que a mãe foi presa, há dois anos e sete meses, e a avó entrou em depressão. “A saudade é muito grande. Mas fica longe para ela vir”, lamenta a detenta.

A mesma situação vive *Patrícia, de 32, de Bandeirantes (Norte Pioneiro), mãe de *Sabrina, de 13. “Minha mãe não tem condições. Só conseguiu vir uma vez com ela, no fim de 2013. Sei que a minha filha mudou, que já é uma mocinha, e não estou acompanhando. Todos os dias eu peço a Deus para sair daqui e encontrar com ela de novo.”

Um estudo preliminar da Rede Marista de Solidariedade (RMS) apontou que os parentes das presas da PFP gastam, em média, R\$ 560 por visita. “Isso considerando uma região não muito distante. Inclui passagem, hospedagem e alimentação. A maioria (das mulheres e de seus familiares) não têm o recurso disponível”, conta Patrícia Elizabeth Benitez Romero, assessora da RMS e uma das responsáveis pela “creche” Estação Casa, instalada na unidade.

Além de contrariarem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Execução Penal (LEP), as histórias das detentas da PFP vão de encontro às Regras de Bangkok, um conjunto de

normativas aprovadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010 e que dispõem sobre o tratamento das mulheres privadas de liberdade. Conforme o documento, do qual o Brasil é signatário, o local de detenção deve ser o mais próximo possível da residência da presa (Regra 4). Há também disposições específicas sobre a importância do contato com as crianças. “Se possível, deverão ser incentivadas visitas que permitam uma permanência prolongada dos filhos”, diz trecho da Regra 28.

Ex-ouvidora e atual diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça (MJ), Valdirene Daufemback afirma que a pasta lançou um programa nacional em 2011, justamente para tentar se adequar às Regras de Bangkok. Segundo ela, a iniciativa envolvia tanto aspectos físicos como de atendimento. “O Depen apoiou os Estados que queriam construir unidades femininas, sejam elas penitenciárias ou cadeias para presas provisórias. Esses projetos aprovados já têm um espaço mais adequado”, explicou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

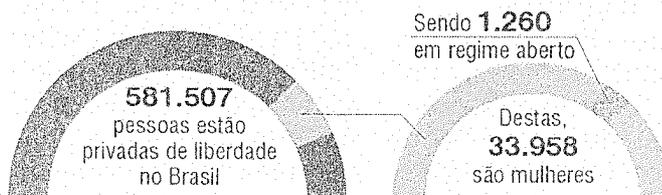
CONTINUAÇÃO

PROMESSA

No Paraná, entretanto, a demanda por unidades mais próximas do círculo familiar das presas persiste. Ao tomar posse para seu segundo mandato, o governador do Estado, Beto Richa (PSDB), se comprometeu a reformar ou construir 20 novos presídios. Não se sabe, contudo, se algum deles será destinado a presas grávidas e/ou com filhos pequenos. Procurada pela FOLHA, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) informou apenas, por meio de nota, que o uso adequado de cada espaço, conforme as demandas e necessidades, ainda está sendo analisado.

MÃES PRESIDIÁRIAS

Números da maternidade no cárcere



☒ Há 24 espaços específicos para acomodação de gestantes no cárcere. Os Estados que não possuem são: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins

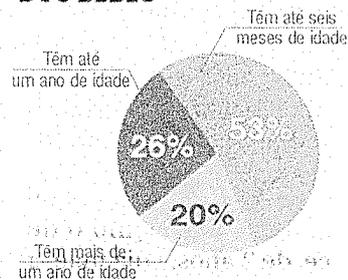
☒ O Brasil conta, ainda, com 38 berçários, para bebês de até seis meses. Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rondônia e Tocantins são as exceções (não recebem recém-nascidos). Embora o Paraná disponibilize essa estrutura, o Ministério da Justiça (MJ) a considerada "inadequada".

* Embora o Ministério da Justiça fale em duas unidades, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) do Paraná só reconhece a existência de uma.

☒ Há no País nove espaços de convivência mãe-filho para crianças com mais de seis meses de idade (as chamadas creches). Eles estão na Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul (dois), Mato Grosso, Paraná (dois*), Rondônia e Roraima. Segundo o MJ, contudo, a maioria desses locais é adaptada, e não é ideal para gestantes e crianças

☒ 550 crianças (sendo 32 no Paraná) e 400 gestantes estão hoje em unidades prisionais brasileiras

DOS BEBÊS



Fontes: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do MJ, e Sesp-PR

CONTINUA

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Estação Casa' garante direito à convivência materna

Curitiba - Um local de passagem, porém, familiar e acolhedor. Essa foi a proposta pensada pela Rede Marista de Solidariedade (RMS) para o "Estação Casa", espaço destinado a atender os filhos pequenos das presas da Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), em Piraquara. "Estação porque é transitório. As crianças estão ali apenas por um tempo, em razão de terem nascido sob a tutela do sistema prisional. E Casa porque queremos fazer desse trânsito algo próximo de um lar", explica Patrícia Romero, assessora da RMS e uma das responsáveis pelo projeto.

Apesar de, segundo a diretora da PFP, Rita Naumann, existir há cerca de 20 anos, até pouco tempo atrás a creche da unidade não oferecia atividades pedagógicas aos pequenos. A rotina deles se resumia a dormir, sob cuidado das agentes penitenciárias, acordar, mamar e ir para os colos das mães, cuja permissão para ficar no estabelecimento se estende das 5h30 às 19h, momento em que elas são levadas de volta para as celas. "A premissa maior (das penitenciárias) é a segurança. Não foram pensadas para as crianças, e sim para colocar pessoas presas", diz Patrícia.

Com o auxílio dos estudantes do programa Ciência e Transcendência, da Pastoral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que já desenvolviam algumas ações na PFP, e am-

parada em um diagnóstico da consultoria Move Social, a RMS decidiu propor uma parceria. Desde outubro de 2014, uma equipe de cinco profissionais, entre educadores, psicólogos e assistentes sociais, realiza uma série de intervenções, que incluem adequações físicas, pedagógicas e de incidência política.

"A proposta de atendimento vai além da educação infantil. Queremos atender essa criança na sua forma mais plena – questão de alimentação, de saúde, lazer... Hoje, o cardápio disponibilizado a elas já é mais adequado, não é voltado só ao adulto", explica a assessora, que também ressalta a existência de uma rotina e o aumento na confiança das mães como importantes avanços. Embora ela considere a situação na PFP melhor do que a encontrada em muitos Estados brasileiros, onde bebês "vivem em condições completamente insalubres", ainda há desafios a serem enfrentados.

Tornar as revistas menos vexatórias e ampliar a convivência dos bebês com outros familiares, de fora da cadeia, são algumas das metas previstas. "Como fazer com que a gente não peque no romantismo, porque sabe da segurança, mas também atenda aos direitos? Por exemplo: conhecer uma árvore ou um cachorro, coisa que parece simples? Você tem um espaço totalmente muralhado e (a criança) não sabe o que existe por trás dele." (M.E.R.)

01 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

TRE-PR empossa nova cúpula

Acontece nesta segunda-feira, às 10 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, a solenidade de posse da nova cúpula do órgão. Jucimar Novochadlo assume a presidência, em substituição a Edson Luiz Vidal Pinto, enquanto Luiz Fernando Tomasi Keppen será empossado vice-presidente e corregedor do TRE. Ambos serão responsáveis pelo planejamento das eleições municipais de 2016, bem como pela expansão da biometria no Estado.

FOLHA DE LONDRINA

O adeus de um grande paranaense

Não foi só o Paraná que perdeu um grande líder na manhã de ontem. Não foi só o Estado - onde nasceu, viveu e se foi - que deixou de contar com sua rara desenvoltura em liderar, em lutar com ação e ideias por causas nobres nas esferas econômicas e políticas.

Foi o País que perdeu José Eduardo de Andrade Vieira e seu jeito paranaense de ser brasileiro: trabalhador incansável, simples, generoso, inovador, um obstinado em busca da prosperidade para si e para sua gente. Foi o País que perdeu um homem que fazia com competência e pensava com clareza sobre nossas mazelas e apontava as luzes para os desafios.

Nesta edição especial, a FOLHA não retrata somente a morte do seu superintendente. O leitor pode acompanhar no Caderno Especial sobre a vida deste vencedor um pouco sobre suas reflexões, cada vez mais atuais e que seguirão vivas, inspirando novos líderes e enriquecendo os debates dos governos e do setor produtivo.

Um pensamento moldado nas contradições enfrentadas no cotidiano inerente à um banqueiro de sucesso, um industrial, um ministro, um senador, um líder partidário, sobretudo de um produtor rural que acordava cedo.

Foram 76 anos para consolidar suas convicções liberais, que enxergava o capitalismo como a melhor maneira de se espalhar o bem estar e o progresso para todas as classes e regiões. "O social, de que se fala, é salário digno, porque assim o trabalhador mata sua fome e a da sua família", disse certa vez. Em outra oportunidade, ponderou: "Toda a riqueza que deixar de ser produzida transforma-se em miséria". E, como bom paranaense, lembrava que mais importante do que pensar o que os governos podem fazer pelo povo, o que o povo pode fazer pelo País: "Mesmo quem desconfia do governo precisa confiar neste país. O Brasil será do tamanho que os brasileiros quiserem"

O conjunto de ideias que permeou sua trajetória é sobretudo um tratado sobre os trunfos do capitalismo em relação aos outros sistemas, a sua confiança inabalável na liberdade de expressão e nos direitos individuais era um claro manifesto do seu aprendizado de governança, da sua vivência nos dois lados da vida pública.

Que permaneça, pois, da forma mais simples - como ele sempre preferiu - este legado vivo como nunca.

02 FEV 2015

31 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministra é processada por não pagar dívida com BNDES

Kátia Abreu (Agricultura) é avalista de empréstimo
de quase R\$ 1 mi para o filho

**Dinheiro público foi
obtido por meio do
Bradesco, que
capta os recursos
junto ao BNDES**

AGUIRRE TALENTO
JOÃO CARLOS MAGALHÃES
DE BRASÍLIA

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, é questionada na Justiça devido ao não pagamento de um financiamento de R\$ 1 milhão para a plantação de eucalipto na fazenda de sua família no Tocantins.

O empréstimo foi contratado em 2011, quando ela já era senadora pelo PMDB-TO.

Kátia foi avalista do negócio, feito por seu filho, o deputado federal Irajá Abreu (PSD-TO). A fazenda pertence também à ministra, sócia igualmente de empresas que administram a terra.

O dinheiro público foi obtido por meio do Bradesco, que capta os recursos junto ao BNDES. Seu valor inicial era de R\$ 902 mil, já liberados. Com juros, a dívida chegou a R\$ 1 milhão em junho de 2014, quando a cobrança foi ajuizada pelo Bradesco.

O banco cobra as parcelas vencidas até aquela data — nenhuma delas havia sido paga,

num total de R\$ 56 mil — e o restante da dívida. “É oportuno ressaltar que várias tentativas destinadas à cobrança foram realizadas, contudo, elas se mostraram infrutíferas por absoluto desinteresse do executado”, diz a petição.

O processo teve sua tramitação interrompida em agosto de 2014 para uma nova tentativa de negociação.

Segundo valores declarados à Justiça Eleitoral no ano passado, Kátia tem um patrimônio total de R\$ 4,1 milhões. Já Irajá possui bens que somam R\$ 5,7 milhões.

A ministra afirmou, por meio de sua assessoria, que a dívida está sendo negociada, mas alegou sigilo bancário.

Na mesma fazenda, a Aliança 1, Kátia foi multada pelo Ibama por desprezitar embargo imposto pelo próprio órgão ambiental. A autuação, de R\$ 10 mil, foi aplicada no dia 10 de julho.

Segundo a fiscalização, foi plantado eucalipto, uma espécie exótica ao cerrado local, sobre uma área de 65 hectares (um terço do parque do Ibirapuera, em São Paulo), que havia sido desmatada em 2010 de forma que o Ibama considerou ilegal.

Quando isso acontece, a área é considerada embargada. O desmate foi objeto de uma multa de R\$ 65 mil, sus-

pena por decisão judicial. Outro desmatamento considerado ilegal foi objeto no mesmo dia de uma multa R\$ 55 mil, que está sob reavaliação segundo o Ibama.

Kátia e Irajá, que administram a terra, apresentaram uma certidão negativa de débitos com o Ibama — como as multas de 2010 estão suspensas e sob reavaliação, e a de 2014 ainda está sendo discutida no âmbito administrativo do órgão, elas não aparecem.

**Empréstimo está
sendo negociado,
diz Kátia Abreu**

A ministra Kátia Abreu afirmou, por meio da assessoria, que a dívida está em “fase adiantada de renegociação”, mas alegou sigilo bancário. Disse ainda que suas empresas podem tomar empréstimos como quaisquer outras.

A verba não paga foi concedida para a implantação de uma plantação de 234 hectares de eucalipto. Irajá não respondeu se o projeto foi de fato implantado. O BNDES disse que o caso cabe ao Bradesco, que não comentou.

31 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

A insignificância das coisas

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Um pai de família ficou 16 dias trancafiado com 25 detentos por ter furtado frango. Qual dano é maior?

O SUPREMO retoma as atividades nesta segunda-feira e quer estabelecer critérios para o reconhecimento do princípio da insignificância em casos de furto.

Com o objetivo de fixar diretrizes para o Judiciário, sempre errante, o STF encaminhou ao plenário o julgamento reunido de três habeas corpus que buscam anular condenações exemplares: um rapaz pelo furto de par de sandálias, outro, por se apropriar de 16 bombons, e uma mulher, pela tentativa de se apoderar de dois frascos de sabonete íntimo. Em dezembro, o ministro Roberto Barroso votou a favor dos réus e o julgamento foi interrompido.

Muito embora a atitude dos condenados se encaixe na definição do furto ("subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel"), crime sem uso de violência, a insignificância do bem tornaria a conduta atípica: desaparece o fundamento para o trato penal da questão.

A conduta permanece ilícita no plano civil, mas o Estado perde legitimidade para perseguir a condenação criminal da pessoa.

A controvérsia é relevante porque o princípio da insignificância não está expresso na lei e porque faltam parâmetros de valor econômico.

Juízes positivistas entendem que o pequeno valor da coisa furtada pode ensejar redução ou substituição da pena de prisão, e não inviabilizar a punição.

Para eles (muitos defendem a "tolerância zero" para a formação moral da sociedade), a tese da insignificância não passa de maquinação

ideológica, política criminal. A punição de pequenos furtos tem caráter preventivo, inibidor. Como dar segurança ao comércio se for possível desviar, impunemente, bens de consumo considerados baratos, como livro, desodorante ou chocolate? E se algo de pequeno valor, como um anel de metal não precioso, tem significado sentimental?

Lembram que nem tudo que é insignificante é tolerável. A teoria do dano acumulado, por exemplo, justificaria a condenação: se o lançamento de pequena quantidade de poluente em um riacho não tem impacto no meio ambiente, se todos praticarem a mesma ação as águas estarão logo corrompidas. Para uma perspectiva mais liberal, a poluição insignificante é ilícita, mas deveria se resolver na esfera administrativa, com multas, interdições etc.

Para o reconhecimento do princípio da insignificância, alguns pressupostos têm norteado a jurisprudência: ofensividade mínima da conduta, inexistência de periculosidade social, reduzido grau de reprovabilidade e inexpressividade da lesão.

O STF deve enfrentar outras particularidades. A tese alcança modalidades diversas de delito, como o crime tributário, ou beneficia quem já tem antecedentes de pequenos furtos? Aplica-se ao furto qualificado, com pena de dois a oito anos de reclusão?

Anos atrás, a Folha revelou a prisão em flagrante de pai de família, em São Paulo, pelo furto qualificado (abuso de confiança) de coxa e sobrecoxa de frango da empresa em

que trabalhava. Indefeso, ficou 16 dias trancafiado em cela de 12 metros quadrados com 25 detentos, exposto à violência. Qual dano é maior?

A decisão favorável do Supremo não terá o caráter de licença para o furto de pequenas coisas, mas é capaz de inibir o esforço estatal para punições inúteis e desproporcionais —às vezes, estúpidas.

31 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procurador solicita que ex-diretor volte à prisão

Apreensão de passaporte não impedirá uma fuga de Renato Duque, diz Janot

Juiz Sergio Moro pede que empreiteiro da UTC explique por que listou vários políticos como suas testemunhas

DA COLUNISTA DA FOLHA DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) parecer defendendo que Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, volte à prisão.

Segundo Janot, as medidas de substituição à prisão, como apreensão de passaporte e proibição de viajar para fora do país, são insuficientes para evitar a fuga de Duque, investigado na Lava Jato.

Segundo ele, Duque "possui inúmeras possibilidades de se evadir por inúmeros meios e sem mínimo controle seguro" pelas "incontroladas fronteiras brasileiras".

Duque foi preso em novembro do ano passado, mas foi liberado em dezembro, após

decisão do ministro do STF Teori Zavascki, que considerou sua prisão irregular. Agora o caso será analisado por outros ministros do Supremo.

Duque é apontado por procuradores como o principal operador do PT na Petrobras. Segundo o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, a diretoria de Duque repassava 3% dos contratos que assinava para o PT. Duque nega envolvimento nos desvios.

UTC

O juiz Sergio Moro deu prazo de cinco dias para a defesa do empreiteiro Ricardo Pessoa esclarecer por que incluiu como suas testemunhas de defesa diversos políticos.

Foram listados o ministro Jaques Wagner (PT), o ex-ministro Paulo Bernardo (PT), os deputados Arlindo Chinaglia (PT), Paulinho da Força (SD) e Jutahy Júnior (PSDB) e outros. O advogado Alberto Toron disse que "são pessoas que conhecem o trabalho do Ricardo". (MÔNICA BERGAMO, AGUIRRE TALENTO E RUBENS VALENTE)

31 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PARENTE É SERPENTE

A viúva de Oscar Niemeyer, Vera Niemeyer, enfrenta uma batalha judicial contra o ex-genro do arquiteto, Carlos Magalhães da Silveira. Ele quer receber R\$ 150 mil por salários atrasados, férias e indenização por dano moral. Magalhães representava o escritório de Niemeyer em Brasília e diz que parou de receber sem explicação em 2013, após a morte do sogro.

BRIGA ANTIGA

Vera, que recorre de sentença que determinou o pagamento, diz que seu advogado comunicou o desligamento de Magalhães em 2013. Em 2009, ele chegou a sair da Fundação Oscar Niemeyer por causa de desentendimentos, mas continuou representando o escritório. "Ele está errado, mas, se tivermos que pagar, damos um jeito. Pago qualquer coisa para ficar livre dele", diz a viúva. O advogado de Magalhães, Antônio Rollemberg, acredita que a sentença será mantida em segunda instância.

SEM TRÉGUA

A presidência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) recebeu 1.130 processos para apreciação imediata no recesso do judiciário, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. Destes, 546 eram habeas corpus, além de 311 recursos em ações de pedido de liberdade, com liminar e outras urgências.

SEM TRÉGUA 2

O total de processos, somados aos não urgentes, chegou a 2.863, 97% a mais do que no recesso de 2013/2014. No ano anterior, foram recebidos 1.454 no período.

01 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF na agenda

Em recesso desde o dia 20 de dezembro, a Justiça retoma suas plenas atividades nesta segunda-feira (2), quando será realizada uma sessão solene no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Poucas vezes o início do chamado ano judiciário terá sido aguardado com tanta esperança e inquietação.

Estarão aflitos, sem dúvida, os muitos políticos que, como decorrência das investigações conduzidas na Operação Lava Jato, podem ser denunciados pelo Ministério Público Federal neste mês de fevereiro, ainda sem data precisa.

Pelo que se noticiou a respeito do escândalo de corrupção na Petrobras, as autoridades de alguma forma envolvidas se contam às dezenas, e os montantes desviados, em pelo menos R\$ 2,1 bilhões.

Se tais circunstâncias provocam inevitável desalento, pelo que revelam sobre o tamanho do assalto aos cofres públicos, também deixam confiantes os cidadãos que apostam no amadurecimento das instituições brasileiras. Depois do julgamento do mensalão, já não se

afirma com facilidade que só os mais pobres sentem a dureza da lei.

Verdade que ainda transcorrerá muito tempo até que exista alguma condenação, seja de empreiteiro, seja de político, mas a abertura de processos judiciais não deixa de ser um primeiro passo que muitas vezes nem chegava a ser dado.

Natural, assim, que o público em geral aguarde com ansiedade as movimentações no STF relativas a esse escândalo, mas nem só dele viverá a mais alta corte do país.

A prevalecer a proposta do presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, terão prioridade ações com maior impacto na sociedade.

Imagina-se que enfim se encerrarem, por exemplo, julgamentos sobre os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, sobre a possibilidade de empresas fazer doações eleitorais e sobre as biografias não autorizadas, entre outros.

Todos demandam igual atenção do STF —se não pela projeção midiática, decerto pela necessidade de manter o equilíbrio e construir uma jurisprudência coerente.

01 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Janot monta grupo especial de procuradores

'Força-tarefa' do chefe do Ministério Público tem membros que foram decisivos nas prisões de Dirceu e Arruda

Coordenador do grupo construiu a teoria que provou que o ex-ministro petista controlava o mensalão

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

Para enfrentar os desdobramentos da Operação Lava Jato, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, criou um grupo de trabalho com procuradores de diferentes áreas e com experiência em ações que levaram políticos, autoridades e empresários para trás das grades.

A ideia é se preparar para a hora em que o caso da Petrobras chegar ao Supremo Tribunal Federal. A dimensão da investigação ainda é incerta, mas, como disse o ministro Gilmar Mendes, pode fazer do mensalão um "processo de pequenas causas".

No currículo dos escolhidos por Janot há especialistas em lavagem de dinheiro, formação de cartel, crimes transnacionais, delação premiada e na chamada "teoria do domínio do fato".

Esta última foi a argumentação jurídica contra Dirceu, usada nas alegações finais do então procurador-geral da República Roberto Gurgel.

Ela foi construída pelo coordenador do grupo, Douglas Fischer, que conseguiu

convencer o STF de que o antigo chefe da Casa Civil tinha o controle do mensalão.

Como muitos outros integrantes do grupo, Fischer é professor e autor de livros. Recentemente, assessorou o então senador Pedro Taques (PDT-MT) na produção do projeto do novo Código Penal.

Crítico dos recursos infundáveis, o gaúcho de 45 anos já deu entrevistas reclamando do sistema de progressão penal do país, que permite a rápida liberação de presos.

Outro integrante, Wilton Queiroz, teve participação fundamental na prisão de Arruda. Responsável pelo setor de inteligência do Ministério Público do DF, foi um dos responsáveis por convencer o ex-secretário Durval Barbosa a delatar o "mensalão do DEM".

BANESTADO E CARTEL

No grupo também está Vladimir Aras, que não só trabalha com o combate à corrupção como já sofreu as consequências na vida pessoal.

Seu pai, um procurador federal, foi morto pela chamada "Máfia do Açúcar" após investigar sonegação de ICMS entre a Bahia e Pernambuco.

Como procurador, participou das investigações do Banestado, escândalo de evasão de divisas que levou o doleiro Alberto Youssef a fazer sua primeira delação premiada.

A equipe também tem Andrey de Mendonça, que fez parte da formação original da força-tarefa da Lava Jato. Metuculoso, enviou mais de mil páginas de provas documentais à Justiça num processo contra o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Ele atuou no caso Alstom, que investigou esquema de propina no setor de energia de São Paulo em 1998, no governo Mário Covas (PSDB).

Ainda no grupo está o procurador Fábio Coimbra, autor do pedido de prisão que viabilizou a extradição de Salvatore Cacciola ao Brasil.

Completam a equipe Bruno Calabrich, coordenador de ensino da Escola Superior do Ministério Público; Danilo Dias e Eduardo Pelella, assessor especial e chefe de gabinete de Janot, respectivamente; Daniel Salgado, secretário de pesquisa e análise da Procuradoria; Rodrigo Telles, autor de livro sobre investigação criminal; e o promotor Sergio Fernandes, do Gaeco.

02 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

O julgamento do petrolão será televisionado?

JOAQUIM FALCÃO

O Supremo Tribunal Federal tem que respeitar liberdades. Que não queira transmitir, tudo bem. Que proíba que se transmita, tudo mal

Nesta segunda (2) o Supremo Tribunal Federal inicia os trabalhos do ano de 2015, que será marcado pelo julgamento dos políticos do escândalo do petrolão. Não só os políticos estarão em julgamento. O próprio Supremo, diante do Congresso, da opinião pública, do Brasil e dele próprio, estará também.

Será o Supremo, na presidência do ministro Ricardo Lewandowski, capaz de expressar o desejo dos brasileiros por uma vida política mais ética? Será ele capaz de evitar que a insatisfação com a política e com os políticos acabe nas ruas? Sua tarefa é maior do que a de julgar réus. É mostrar que instituições democráticas funcionam.

Mas será que os julgamentos vão ser televisionados? O Brasil poderá ver os argumentos, o processo, entender melhor o que está se passando? Ver como a justiça é feita? Ou será um julgamento às escuras, longe dos olhos da sociedade?

A pergunta se justifica porque no ano passado, em nome da celeridade, o Supremo mudou regra interna. Ações penais contra deputados e senadores são analisadas não mais no plenário por 11 ministros, mas nas turmas, com 5 ministros, em outro auditório. E lá, em geral, não se televisa o que acontece. E, então, como ficamos?

Alguns ministros querem um Supremo fechado. Sem transmissão.

Não existe norma que obrigue o Supremo a televisionar. Essa é decisão de ordem administrativa interna. Convém ou não? É oportuna ou não? Foi com essa liberdade discricionária que o ministro Marco Aurélio Mello acreditou oportuno e conveniente criar a TV Justiça e televisionar as sessões do plenário.

Isso foi ousado em 2002, quando televisionar implicava tecnologia

pesada que poucos tinham e custos altos. Hoje, não. É rotina. Qualquer um pode televisionar o que quer via internet a custo quase zero.

Pela Constituição Federal, essa sessão é pública. Ou seja, os cidadãos têm o direito de conhecer como a sessão ocorre.

A questão fundamental, então, é esta: pode o STF proibir que uma rede de TV venha a cobrir a sessão? Pode negar licença para que a mídia exerça um direito que lhe é assegurado pela liberdade de imprensa? Ou proibir que um cidadão a grave em seu celular e a transmita via streaming? Pode mandar sair da sala quem está exercendo sua liberdade de expressão? Vai apreender celulares? Dos advogados também?

Acredito que não. Será grave violação à liberdade e aos direitos fundamentais. Independentemente da opinião pessoal ou do interesse político de um ou outro ministro, o Supremo, como instituição, tem que respeitar liberdades. Que não queira transmitir, tudo bem. Que proíba que se transmita, tudo mal.

Ao televisionar as sessões do plenário, o Supremo felizmente já se posicionou. Hoje lidera a nível mundial uma Justiça de transparência. Televisionar não ofende direitos de réus nem perturba os ministros. Essa é a jurisprudência real evidenciada toda quarta e quinta-feira, quando a TV Justiça transmite as sessões. Vamos regredir?

O direito do público e dos meios de comunicação vai variar de acordo com a disposição arquitetônica do Supremo? Aqui pode, ali não?

A publicidade é o dever constitucional a ser seguido pela administração pública. O Supremo faz parte da administração pública. Entre dois caminhos iguais possíveis, tem que seguir por aquele em favor de mais publicidade.

Mostrar como o tribunal funciona, sobretudo em relação a casos de grande impacto nacional — como os de corrupção —, é hoje a principal fonte de legitimidade do Supremo e dos ministros. Essa fonte vai secar?

JOAQUIM FALCÃO, 71, mestre em direito pela Universidade Harvard (EUA) e doutor em educação pela Universidade de Genebra, é professor da FGV Direito Rio

02 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Oito chefes de Assembleias são alvo de ações judiciais

Pendências envolvem suspeitas de desvios e falhas de prestação de contas

Novos presidentes dos Legislativos de MS e RR, Júnior Mochi (PMDB) e Jalser Renier (PSDC) já foram condenados

FELIPE BÄCHTOLD
DE PORTO ALEGRE
JOSÉ MARQUES
DE SÃO PAULO

Um político que escapou da Lei da Ficha Limpa em cima da hora, um deputado estadual com histórico de quatro afastamentos e condenados em primeira instância estão entre os nomes que vão comandar as Assembleias Legislativas a partir deste ano.

A maioria das Casas escolheu seus presidentes neste domingo (1º). Outras cinco (as de AP, BA, ES, PE e RJ) irão eleger a mesa diretora nesta segunda (2); em SP, a escolha só será feita em março.

Levantamento da Folha mostra que, em pelo menos oito Estados, os futuros ou prováveis dirigentes têm pendências na Justiça. Contra eles há questionamentos sobre desvio de recursos públicos, contratações suspeitas e falta de prestações de contas.

Esses políticos terão autonomia para gerir grandes

orçamentos — como no RS, onde a Assembleia administrou, em 2014, R\$ 534 milhões.

Edson Brum (PMDB), que assumiu a chefia do parlamento gaúcho no sábado (31), responde a ação penal por suspeita de irregularidades em licitação quando comandou uma fundação estadual.

Eleito no domingo para presidir a Assembleia de MS, o deputado Júnior Mochi (PMDB) já foi condenado, em decisão de primeira instância, a devolver verba de obra paga pela prefeitura de Coxim (MS) e não executada.

Pelo menos um dos novos dirigentes foi barrado nas eleições do ano passado pela Lei da Ficha Limpa, mas reverteu a decisão. Trata-se de Jalser Renier (PSDC-RR), eleito chefe do Legislativo de RR e condenado por envolvimento em desvios de recursos.

Há, ainda, casos de dirigentes que se mantêm no cargo por força de decisões provisórias, como Moisés Souza (PSC-AP), que disputa a reeleição nesta segunda.

Presidente da Casa desde 2011, ele foi afastado quatro vezes por denúncias de fraudes em licitações e desvio de dinheiro público.

Souza é réu em 11 ações penais e foi alvo de operação

da Polícia Civil que investigou um suposto desvio de R\$ 45 milhões do Legislativo.

GESTÕES ANTERIORES

Entre as pendências na Justiça dos novos presidentes, há suspeitas de irregularidades envolvendo gestões anteriores deles nas próprias Assembleias que vão comandar.

Em RO, Maurão de Carvalho (PP), eleito ontem, responde por suspeita de desvios de R\$ 2,7 milhões na Casa.

A ação afirma que, na década passada, ele e outros deputados adquiriram, com dinheiro do Legislativo, 1.757 passagens aéreas para várias pessoas sem justificativa.

Themístocles Filho (PMDB-PI), reeleito ontem — é o chefe de Assembleia há mais tempo no cargo em mandatos consecutivos desde 1947 —, teve as contas de 2009 rejeitadas por não ter prestado informações sobre verbas de gabinete. Ele recorre da decisão.

Favorito para a reeleição, nesta segunda, do comando do Legislativo baiano, Marcelo Nilo (PDT) responde por suspeita de crime de responsabilidade e por irregularidades na contratação de funcionários temporários na Casa.

CONTINUA

02 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Já contra Theodorico Ferraz (DEM-ES), também favorito na disputa desta segunda, há processos relativos ao período em que foi prefeito de Cachoeiro do Itapemirim (ES) —em um deles, foi condenado por improbidade.

Para o juiz Márlon Reis, idealizador da Lei da Ficha Limpa, é “lamentável” que não haja maior controle sobre quem exerce cargos como presidência de Assembleias.

“Essa posição deve ser exercida por pessoas sobre as quais não reste dúvida sobre a probidade.”

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NEM COM UMA FLOR

02 FEV 2015

As denúncias de violência sexual contra mulheres aumentaram mais de 40% no ano passado, em relação a 2013, segundo dados do Ligue 180 que serão divulgados nesta semana pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foram 1.606 ocorrências registradas em 2014, contra 1.151 no ano anterior.

RANKING MACABRO

O estupro foi, mais uma vez, a principal violência sexual denunciada, com 1.164 casos. Foram registradas também 262 ocorrências de exploração e de assédio. Aumentaram ainda casos de cárcere privado, de 620 em 2013 para 931.

RANKING MACABRO 2

O Ligue 180 fez, no total, 485 mil atendimentos no ano passado. Destes, 52.962 foram denúncias de agressão, catalogadas como física, psicológica, moral e sexual.

DEZ EM UM

Os dados serão divulgados amanhã, na inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande. Instaladas nas capitais dos Estados, elas reunirão, em um mesmo prédio, delegacia especializada em crimes contra a mulher, defensoria pública, vara de Justiça e clínica de apoio psicológico. "Eu chorei quando entrei lá", diz a ministra Eleonora Menicucci. Dilma Rousseff participará da cerimônia.